



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

ÍNDICE

EDITAL Nº 08/2026	3
1 - DO OBJETO	3
2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
7 - DA FASE DE JULGAMENTO	9
8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9 - DOS RECURSOS	14
10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	14
11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	15
12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	20
1 - DO OBJETO	20
2 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	21
3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	24
4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	25
5 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	29
6 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	35
7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	37
8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	39
9 - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	39
10 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	40
11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	40
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS A SER PREENCHIDA PELO LICITANTE	41
ANEXO III – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

1 - DO ANEXO	48
2 - DISPONIBILIZAÇÃO EM FORMATO EDITÁVEL	48
3 - CONTEÚDO E NATUREZA REFERENCIAL	48
4 - RESPONSABILIDADE PELO PREENCHIMENTO	49
5 - VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA	49
ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	50
1 - DAS PARTES	50
2 - DO FUNDAMENTO LEGAL	50
3 - DO OBJETO	50
4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	51
5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS	52
6 - DA CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, SUBCONTRATAÇÃO E FUSÃO OU CISÃO	53
7 - DO PAGAMENTO	54
8 - DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO	56
9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	58
10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	60
11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	64
12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	65
13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	66
14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	68
15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	69
16 - DOS CASOS OMISSOS	69
17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO	69
18 - DAS ALTERAÇÕES	70
19 - DA PUBLICAÇÃO	70
20 - DO FORO	70



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS - CREA-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/1966, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, telefone: (62) 3221-6299, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria n.º 122/2025, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 41391/2026**, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e as exigências estabelecidas neste **Edital**, farão realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço do grupo único**.

DATA: 17 de junho de 2026, ou primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente nesta data.

HORA: 09:00 horas – horário de Brasília-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 389422

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento integral de materiais, equipamentos, insumos, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a serem executados nas dependências internas e externas das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais localizadas no Estado de Goiás, conforme especificações técnicas, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2 - O valor total anual estimado da contratação é de **R\$ 987.482,48 (novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)**.

1.3 - O objeto será organizado em **1 grupo único**, correspondente aos serviços de limpeza e conservação das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais do Crea-GO localizadas no Estado de Goiás, conforme descrito no Termo de Referência.

1.4 - A licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo menor preço global do **grupo único**, nos termos dos arts. 6º, incisos XIII e XLI, 17, § 2º, 28, inciso I, e 29 da Lei n.º 14.133/2021.

1.5 - A proposta deverá contemplar integralmente o **grupo único**, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto.

1.6 - Os serviços objeto desta licitação são classificados como serviços comuns de natureza continuada, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XVI, da Lei n.º 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência e exigirem prestação contínua para atendimento de necessidade permanente da Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de 2026, nº 6.2.2.1.1.01.04.09.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sistema eletrônico Compras.gov, e que atendam integralmente às condições de participação e habilitação estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

3.2 - O licitante deverá estar com seu credenciamento regular nos sistemas referidos no item anterior, em conformidade com as exigências para participação no certame eletrônico.

3.3 - O licitante é o responsável exclusivo pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e demais atos praticados, inclusive os realizados por seu representante.

3.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todas as fases do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.5 - É de responsabilidade do licitante manter atualizados seus dados cadastrais no SICAF e demais sistemas utilizados no certame, devendo proceder imediatamente à correção de qualquer informação incorreta ou desatualizada.

3.6 - Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que presentes os requisitos legais para sua fruição.

3.7 - Não poderão participar desta licitação:

3.7.1 - Pessoa física ou jurídica que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

3.7.2 - Pessoa física ou jurídica que se enquadre em qualquer das hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.7.3 - Pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.7.4 - Pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do Crea-GO, agente público que atue na licitação ou na fiscalização ou gestão do Contrato, ou com eles possua parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa vedação ser observada nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.7.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, concorrendo entre si;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

3.7.6 - Pessoa física ou jurídica condenada, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes em hipóteses vedadas pela legislação trabalhista;

3.7.7 - Servidor, empregado público ou ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Crea-GO, nos termos da legislação aplicável;

3.7.8 - Pessoa física ou jurídica que tenha participado, de qualquer forma, da elaboração do Termo de Referência ou de documentos preparatórios da contratação, quando caracterizado impedimento legal;

3.7.9 - Empresas reunidas em consórcio, nos termos da vedação prevista no Termo de Referência;

3.7.10 - Sociedades cooperativas, nos termos da vedação prevista no Termo de Referência;

3.7.11 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, atuando nessa condição, em razão da incompatibilidade do regime jurídico dessas entidades com a execução do objeto licitado, que envolve dedicação exclusiva de mão de obra.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, envio de lances e julgamento, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sua proposta de preços correspondente ao valor global do **grupo único**, até a data e o horário fixados para a abertura da sessão pública, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

4.3 - No momento do cadastramento da proposta inicial, o sistema exigirá, sob pena de responsabilidade, declaração de que o licitante:

4.3.1 - Está ciente e concorda com as condições deste Edital e em seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive os relativos à legislação trabalhista, previdenciária, às normas coletivas de trabalho e aos demais encargos legais incidentes;

4.3.2 - Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, observando o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - Não submete trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalho forçado, nem mantém trabalhadores em condições análogas às de escravo;

4.3.4 - Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas na legislação vigente;

4.3.5 - Cumpre os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

4.4 - A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilidades civis, penais e administrativas cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública. Após esse momento, não serão admitidas substituições, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas e aquelas expressamente admitidas neste Edital.

4.6 - A classificação das propostas ocorrerá após a etapa de envio de lances, conforme os critérios deste Edital.

4.7 - Caberá exclusivamente ao licitante acompanhar o certame no sistema eletrônico, sendo responsável por eventuais perdas decorrentes de falhas de conexão, omissão ou inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou pelo sistema.

4.8 - Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a fase de julgamento da proposta, na forma prevista neste Edital.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá preencher sua proposta no sistema eletrônico, observando as exigências deste Edital e do Termo de Referência, contendo, no mínimo:

5.1.1 - O valor global do **grupo único**;

5.1.2 - A descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Termo de Referência;

5.1.3 - A Planilha de Custos e Formação de Preços do **grupo único**, conforme modelo constante dos anexos do Edital e do Termo de Referência.

5.2 - Todas as especificações e demais elementos constantes da proposta vincularão o licitante e integrarão, para todos os fins, a futura contratação.

5.3 - Os valores propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas operacionais, supervisão, deslocamentos, materiais, insumos, uniformes, EPIs, equipamentos e quaisquer outros necessários ao fiel cumprimento do Contrato.

5.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração posterior sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

5.5 - Caso o licitante adote regime tributário com recolhimento em percentuais variáveis, deverá considerar, para fins de formulação da proposta, a alíquota efetiva aplicável à sua realidade fiscal, assumindo integral responsabilidade pelos valores informados.

5.6 - Independentemente dos percentuais indicados na proposta, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, por ocasião do pagamento.

5.7 - A apresentação da proposta implica compromisso formal do licitante com a execução integral do objeto, nos termos deste Edital e do Termo de Referência, inclusive quanto ao fornecimento de todos os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

materiais, insumos, uniformes, EPIs, utensílios e equipamentos necessários, em quantidade e qualidade compatíveis com a contratação.

5.8 - A validade mínima da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da apresentação no sistema.

5.9 - Havendo divergência entre a descrição do objeto no sistema eletrônico e a do Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Termo de Referência e dos demais anexos formais do Edital.

5.10 - A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá observar a legislação aplicável, o instrumento coletivo de trabalho pertinente à categoria profissional envolvida na execução contratual e os demais custos obrigatórios incidentes sobre o objeto, sendo vedada a apresentação de proposta que desconsidere direitos trabalhistas, benefícios obrigatórios ou encargos legais.

5.11 - A apresentação de valores inexequíveis, insuficientes para cobertura dos custos mínimos de mão de obra, encargos, benefícios, insumos e demais componentes essenciais da execução contratual poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos da legislação e deste Edital.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até o início da sessão pública.

6.3 - O sistema eletrônico disponibilizará canal próprio para comunicação entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4 - Iniciada a fase competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor global anual do **grupo único**.

6.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste Edital.

6.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 - O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 1,00 (um real), incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.9 - O modo de disputa adotado será o aberto e fechado, nos termos do art. 56, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.9.1 - A etapa inicial de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

6.9.2 - Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.9.3 - Encerrada a etapa aberta, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9.4 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

6.9.5 - Encerrado o prazo para envio do lance final e fechado, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.10 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.11 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante ofertante.

6.12 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes no próprio sistema.

6.14 - O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor lance registrado no sistema, hipótese em que será considerado lance intermediário.

6.15 - Não havendo novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.16 - O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.17 - Após o encerramento da fase de lances, o sistema identificará, em campo próprio, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, para fins de aplicação do disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.1 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

6.18.2 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes enquadradas na mesma condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.

6.18.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.19 - Persistindo o empate entre propostas, serão aplicados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.20 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta mais vantajosa para a Administração.

6.20.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.2 - O resultado da negociação será registrado em ata e juntado aos autos do processo licitatório.

6.20.3 - Após a negociação, o licitante mais bem classificado deverá encaminhar, no prazo de até **2 (duas) horas**, proposta ajustada ao valor final ofertado, acompanhada da Planilha de Custos e Formação de Preços adequada ao lance vencedor, conforme modelo constante dos anexos do Edital e do Termo de Referência.

6.20.4 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, a critério do pregoeiro, mediante solicitação justificada apresentada antes do seu encerramento.

6.21 - Encerrada a negociação e recebida a proposta ajustada, será iniciada a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, a negociação, o pregoeiro procederá à verificação das condições de participação e à análise da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar no **grupo único**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - A verificação incluirá consulta à regularidade do licitante, especialmente quanto à existência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública, por meio dos seguintes cadastros:

7.2.1 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.2.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.2.3 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.3 - A consulta será realizada em nome da empresa licitante e, quando cabível, também em nome de seu sócio majoritário, com o objetivo de verificar eventual impedimento de participação no certame.

7.4 - Havendo indícios de tentativa de burla à sanção aplicada a terceiros, o pregoeiro poderá averiguar vínculos societários, estruturas empresariais, elementos de atuação convergente ou quaisquer outras circunstâncias que indiquem fraude à licitação, assegurada prévia oportunidade de manifestação à licitante.

7.4.1 - Confirmada a tentativa de burla ou verificada situação que caracterize impedimento à participação, o licitante será excluído do certame, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.5 - Caso a proposta tenha sido apresentada com fruição de tratamento favorecido aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará o enquadramento regular da licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.6 - Verificadas as condições de participação, o pregoeiro procederá ao julgamento da proposta quanto:

7.6.1 - À compatibilidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência;

7.6.2 - À compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado da contratação e com os critérios de aceitabilidade previstos neste Edital.

7.6.3 - Para fins de julgamento da proposta, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, no prazo de até **2 (duas) horas**, contado da convocação, os seguintes documentos complementares:

a) Declaração informando o enquadramento sindical adotado, com indicação da atividade econômica preponderante e justificativa para utilização do instrumento coletivo de trabalho que fundamenta sua proposta;

b) Cópia da carta sindical, registro sindical ou documento equivalente da entidade sindical indicada, quando cabível;

c) Cópia do acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo utilizado para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasou o valor global ofertado; e

d) Declaração de que é de responsabilidade da licitante a veracidade das informações prestadas, assumindo integralmente o ônus decorrente de eventual erro de enquadramento sindical ou de adoção de instrumento coletivo incompatível com a categoria ou com a base territorial aplicável.

7.6.4 - A não apresentação, total ou parcial, dos documentos previstos no subitem 7.6.3, no prazo assinalado pelo pregoeiro, poderá acarretar a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.7 - A proposta será desclassificada quando:

7.7.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no Edital ou no Termo de Referência;

7.7.3 - Apresentar preço inexequível ou permanecer acima do valor estimado da contratação, quando este tiver sido fixado como critério de aceitabilidade;

7.7.4 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 - Estiver em desconformidade com quaisquer outras exigências editalícias, desde que o vício não possa ser sanado sem prejuízo da isonomia entre os licitantes.

7.8 - Será considerado indício de inexecuibilidade o preço ofertado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para o **grupo único**, sem prejuízo da análise de outros elementos que indiquem inviabilidade econômica da proposta.

7.8.1 - A inexecuibilidade somente será declarada após diligência destinada a verificar se:

a) Os custos da licitante superam o valor ofertado; ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

b) Inexistem justificativas técnicas ou econômicas suficientes para sustentar a viabilidade da proposta.

7.9 - Em caso de dúvida sobre a exequibilidade da proposta ou sobre a composição de seus custos, o pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos, documentos complementares e demonstrações que comprovem sua viabilidade.

7.10 - Erros formais ou materiais na planilha de custos e formação de preços não ensejarão desclassificação, desde que não impliquem majoração do valor global da proposta e não comprometam a cobertura integral dos custos necessários à execução do objeto.

7.11 - A planilha poderá ser ajustada ou corrigida, no prazo fixado pelo pregoeiro, desde que mantido o valor global da proposta e preservada sua exequibilidade.

7.12 - Considera-se erro passível de correção, entre outros, a indicação incorreta de regime tributário, desde que a correção não implique alteração do valor global ofertado nem prejuízo à isonomia entre os licitantes.

7.13 - Para análise técnica da proposta quanto à aderência às especificações do objeto, o pregoeiro poderá solicitar manifestação da área requisitante ou da unidade técnica competente.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e da documentação complementar exigida neste Edital e em seus anexos.

8.1.1 - Caso a validade dos documentos constantes do SICAF esteja expirada, a licitante deverá apresentar documentação atualizada, observado o tratamento jurídico aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, quando for o caso.

8.2 - Para fins de habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica:

8.2.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2 - Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

8.2.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, se cabível: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, quando cabível;

8.2.4 - Sociedade simples: ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da indicação dos seus administradores, quando cabível;

8.2.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: ato constitutivo da matriz, com averbação ou registro da filial, sucursal ou agência, conforme o caso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.2.6 - Sociedade estrangeira autorizada a funcionar no País: ato de autorização para funcionamento no Brasil e ato constitutivo registrado ou arquivado no órgão competente.

8.3 - Os documentos referidos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 - Será exigida compatibilidade entre o objeto social da licitante e o objeto desta contratação.

8.5 - Para fins de regularidade fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá apresentar:

8.5.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;

8.5.3 - Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

8.5.4 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

8.5.5 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.6 - O microempreendedor individual – MEI observará o regime jurídico próprio quanto à documentação exigível, nos termos da legislação aplicável.

8.7 - Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar:

8.7.1 - Aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, por meio da apresentação de atestado ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução prévia de serviços de natureza e complexidade semelhantes;

8.7.2 - Experiência mínima de **12 (doze) meses** na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação com dedicação exclusiva de mão de obra, admitido o somatório de atestados distintos, inclusive referentes a períodos não contínuos, desde que cumulativamente demonstrem experiência compatível com o escopo do objeto;

8.7.3 - Execução, no conjunto dos atestados apresentados, de quantitativo mínimo correspondente a 14 (quatorze) postos de trabalho, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total de postos previstos nesta contratação, admitida a soma de atestados, desde que retratem execução concomitante ou sucessiva de serviços compatíveis;

8.7.4 - Os atestados deverão estar vinculados à atividade econômica compatível da empresa, conforme registrado em seu ato constitutivo vigente;

8.7.5 - Somente serão aceitos atestados emitidos após concluídos os Contratos a que se referem ou, alternativamente, se decorrido, no mínimo, **1 (um) ano** do início de sua execução, salvo nos casos em que o serviço tenha sido concluído em prazo inferior;

8.7.6 - Os atestados poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial e deverão conter, no mínimo, a identificação do emitente, o objeto executado, o período de execução, o quantitativo de postos ou a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

dimensão do serviço prestado e a assinatura da autoridade responsável por sua emissão;

8.7.7 - Quando necessário à adequada comprovação da capacidade técnica, o pregoeiro poderá exigir documentos complementares relacionados aos atestados apresentados, tais como cópia do instrumento contratual, notas fiscais, ordens de serviço, planilhas operacionais, declaração do tomador ou outros documentos idôneos que evidenciem a efetiva execução dos serviços.

8.8 - Para fins de qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar:

8.8.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.8.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ressalvada a hipótese de empresa constituída há menos de **2 (dois) anos**, caso em que serão exigidos os documentos contábeis relativos ao período de sua existência;

8.8.3 - Declaração assinada por profissional legalmente habilitado, acompanhada dos elementos contábeis necessários, demonstrando a situação financeira da licitante, mediante índices contábeis usualmente adotados para avaliação de liquidez e solvência;

8.8.4 - Comprovação de capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.9 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples, por cópia autenticada, por publicação oficial ou por meio eletrônico hábil, na forma da legislação.

8.10 - A exigência de apresentação de documento original somente ocorrerá quando houver dúvida fundada quanto à integridade, autenticidade ou legibilidade do documento apresentado, ou quando houver previsão legal específica.

8.11 - O pregoeiro poderá realizar consultas a bases oficiais de dados públicas para verificar as condições de habilitação da licitante.

8.12 - Caso algum documento exigido para habilitação não conste do SICAF, a licitante deverá encaminhá-lo por meio eletrônico, no prazo de até **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, admitida prorrogação, a critério deste, mediante justificativa.

8.13 - A verificação da habilitação será realizada apenas em relação à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar.

8.14 - A apresentação de documentos complementares será admitida para sanar falhas formais, para esclarecimento de dúvidas ou para atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de apresentação da proposta, observados os limites do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.15 - O pregoeiro poderá sanar falhas formais e promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução, desde que não afronte à isonomia entre licitantes nem prejuízo à competitividade do certame.

8.16 - Em caso de inabilitação da licitante classificada em primeiro lugar, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.17 - Apenas os documentos da licitante habilitada e com proposta aceita serão disponibilizados ao público, na forma da legislação aplicável.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou à revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O prazo para interposição de recurso será de **3 (três) dias úteis**, contados da intimação do ato ou da lavratura da ata correspondente.

9.3 - Quando o recurso tiver por objeto o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação de licitante, deverão ser observadas as seguintes condições:

9.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata e motivada, no prazo máximo de **10 (dez) minutos**, a contar da abertura da fase recursal no sistema eletrônico, sob pena de preclusão;

9.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais terá início a partir da intimação da ata de julgamento das propostas ou da ata de habilitação ou inabilitação, conforme a fase em que for proferida a decisão recorrida, observada a sistemática da inversão de fases adotada neste Edital.

9.4 - Os recursos deverão ser formalizados e apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico utilizado no certame, em campo próprio, observado o prazo legal.

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis** ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informado, para decisão final no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

9.6 - Não serão conhecidos os recursos interpostos fora dos prazos legais.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurado o acesso aos autos.

9.8 - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, nos termos da Lei nº 14.133/2021, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados, nos termos do art. 165, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os prazos recursais, o processo será encaminhado à autoridade competente para:

10.1.1 - Adjudicar o objeto ao licitante vencedor do **grupo único**, observado o resultado final do certame;

10.1.2 - Homologar a licitação, após a verificação da regularidade de todo o procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1 - Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato entre o Crea-GO e a adjudicatária, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da minuta contratual constante dos anexos deste Edital e das disposições do Termo de Referência.

11.2 - A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.2.1 - O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da adjudicatária e aceitação pela Administração.

11.2.2 - Será admitida a assinatura eletrônica do Contrato, inclusive com certificação digital, na forma da legislação aplicável e dos procedimentos adotados pelo Crea-GO.

11.3 - O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas a vantajosidade da contratação, a continuidade da necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

11.4 - Antes da assinatura do Contrato, a Administração realizará as verificações pertinentes quanto à manutenção das condições de participação e de habilitação da adjudicatária.

11.4.1 - Para esse fim, a Administração poderá consultar o SICAF, o CADIN e outros cadastros ou bases oficiais de dados necessários à confirmação da regularidade da adjudicatária, observada a legislação aplicável.

11.5 - No momento da assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá comprovar que mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, as quais deverão permanecer durante toda a vigência contratual.

11.6 - Caso a adjudicatária não comprove a manutenção das condições de habilitação, deixe de assinar o Contrato no prazo assinalado ou se recuse injustificadamente a formalizar a contratação, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.7 - Como condição para a assinatura do Contrato, a adjudicatária deverá prestar garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, em uma das modalidades admitidas pela Lei nº 14.133/2021, observados os termos e condições estabelecidos no Termo de Referência e na minuta contratual.

11.8 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou a adjudicatária que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante a licitação;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, a planilha de custos e formação de preços ou os documentos complementares exigidos;
- c) Solicitar desclassificação após o encerramento da etapa competitiva, sem justificativa juridicamente aceitável;
- d) Apresentar proposta em desacordo com as exigências do Edital;

12.1.3 - Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução contratual;

12.1.6 - Fraudar a licitação;

12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar informação falsa sobre enquadramento sindical, custos de mão de obra, instrumento coletivo aplicável ou qualquer elemento relevante da proposta;

12.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 - Pela prática das infrações administrativas previstas neste Edital, a Administração poderá aplicar ao licitante ou à adjudicatária, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

12.2.1 - Advertência;

12.2.2 - Multa;

12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo a que pertencer o órgão ou entidade promotora da licitação, pelo máximo de **3 (três) anos**;

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 - A multa será aplicada em percentual de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor estimado da contratação, sobre o valor adjudicado ou, se celebrado o Contrato, sobre o valor contratual, conforme gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

12.4 - As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.3 e 12.2.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.

12.5 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.6 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses de infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses de infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas hipóteses de infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.8 - A apuração das infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.9 - O licitante ou a adjudicatária será intimado para apresentação de defesa escrita no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, podendo juntar documentos e requerer a produção das provas admitidas em direito.

12.10 - Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso à autoridade superior, que deverá decidir no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**.

12.11 - Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, devendo a autoridade competente decidir no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**.

12.12 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.13 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.14 - As penalidades aplicadas serão registradas na forma da legislação vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

13.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Crea-GO e no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da licitação.

13.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser apresentados por meio eletrônico, pelo endereço: **licitacoes@creago.org.br**.

13.4 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 - Excepcionalmente, poderá ser concedido efeito suspensivo à impugnação, desde que haja decisão motivada nos autos.

13.4.2 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo pregoeiro.

14.3 - O pregoeiro poderá suspender a sessão pública, mediante justificativa registrada no sistema eletrônico, informando oportunamente a data e o horário previstos para sua reabertura.

14.4 - Todas as referências de tempo constantes deste Edital e observadas durante a sessão pública corresponderão ao horário de Brasília/DF.

14.5 - O Crea-GO poderá revogar a presente licitação por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, em caso de ilegalidade, mediante decisão devidamente fundamentada.

14.6 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias de expediente no Crea-GO.

14.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.11 - Eventuais divergências entre as disposições deste Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos deverão ser interpretadas de forma sistemática, considerando-se a finalidade da contratação, a coerência do conjunto documental e o interesse público envolvido.

14.12 - O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Crea-GO.

14.13 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.13.1 - Anexo I – Termo de Referência;

14.13.2 - Anexo II – Modelo de Proposta de Preços e Planilha de Formação de Custos

14.13.3 - Anexo III – Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços

14.13.4 - Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

Goiânia, 27 de maio de 2026.

Antonio Carlos Costa de Holanda
Área de Edital e Termo de Referência
Departamento de Licitação





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento integral de materiais, equipamentos, insumos, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a serem executados nas dependências internas e externas das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais localizadas no Estado de Goiás, conforme especificações técnicas, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Grupo único - Inspetorias Crea-GO (28 localidades em Goiás) – Serviços com fornecimento incluído								
Item	Especificação	Postos de Trabalho	Jornada	Quantidade de Postos	Periodicidade de Faturamento	Valor estimado (R\$)		
						Mensal unitário (por posto)	Mensal do Grupo (28 postos)	Anual do Grupo (12 meses)
1	Serviços contínuos de limpeza e conservação em periodicidades diária, semanal, quinzenal e mensal, restritos aos espaços internos e externos das Inspetorias, com fornecimento integral de materiais, insumos, uniformes, EPIs e equipamentos leves compatíveis com a execução dos serviços.	Auxiliar de Limpeza	20 horas semanais	28	Mensal	2.612,93	73.162,11	877.945,36
2	Materiais, insumos, uniformes, EPIs e equipamentos	-----						109.537,12
Valor total anual estimado do grupo único (R\$):								987.482,48

1.2 - A presente contratação foi estruturada em **grupo único** de serviços, em conformidade com o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da economicidade, eficiência, ampla competitividade, isonomia, planejamento e gestão contratual racional.

1.2.1 - A opção por concentrar todo o objeto em um **grupo único** justifica-se pela necessidade de garantir a integração plena das atividades, evitando fragmentação da execução contratual que poderia comprometer a padronização dos serviços, a uniformidade dos resultados e a responsabilidade operacional. A centralização em uma única Contratada permite maior alinhamento técnico, melhor coordenação das atividades e redução de interfaces críticas entre múltiplas prestadoras.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

1.2.2 - A adoção de **grupo único** mostra-se tecnicamente adequada e juridicamente viável: (i) garante maior eficiência na execução, com gestão integrada e redução de riscos operacionais; (ii) favorece a economicidade, em razão do ganho de escala e da redução de custos indiretos; (iii) simplifica a fiscalização e a gestão contratual, evitando a necessidade de acompanhamento simultâneo de múltiplos Contratos; (iv) reduz risco de descontinuidade na prestação dos serviços, especialmente em atividades interdependentes; (v) mantém a competitividade do certame, considerando que o objeto apresenta natureza integrada e usualmente é ofertado no mercado por empresas com capacidade de execução global.

1.2.3 - A estruturação em **grupo único** também proporciona economia de escala, maior previsibilidade na execução e melhores condições comerciais para a Administração, além de permitir respostas mais ágeis às demandas operacionais, sem prejuízo do controle e da qualidade dos serviços prestados.

1.2.4 - Dessa forma, a não divisão do objeto em múltiplos grupos mostra-se a alternativa mais adequada, por assegurar maior eficiência administrativa, racionalidade na gestão contratual e obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, isonomia e planejamento da contratação.

1.3 - Os serviços contratados são classificados como serviços de natureza continuada, nos termos do inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por atenderem a necessidades permanentes da Administração e exigirem prestação de forma contínua, ainda que não estejam diretamente vinculados às atividades finalísticas do Crea-GO.

1.4 - Os serviços ora contratados são também classificados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, e do art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por este Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado, observadas as características técnicas constantes deste instrumento.

1.5 - A execução contratual ocorrerá de forma indireta, estando os serviços enquadrados nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e não se configurando em nenhuma das hipóteses previstas no art. 3º do referido diploma legal, o que autoriza sua contratação por empresa terceirizada.

1.6 - O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que mantidas a vantajosidade da contratação, a continuidade da necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A presente contratação justifica-se pela necessidade permanente, contínua e institucionalmente indispensável de manutenção das condições adequadas de limpeza, asseio, conservação, salubridade, higiene e organização das dependências internas e externas das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, de modo a assegurar ambiente físico apropriado ao desenvolvimento regular, seguro e eficiente das atividades administrativas, técnicas e de atendimento ao público. Trata-se de necessidade administrativa concreta, atual, recorrente e vinculada ao regular funcionamento das unidades descentralizadas da Autarquia, cuja satisfação não pode sofrer solução de continuidade sem grave comprometimento do interesse público.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2.2 - A contratação também se justifica pela ausência de estrutura interna permanente e especializada, no âmbito do Crea-GO, apta a executar, com qualidade, regularidade, padronização, abrangência territorial e fornecimento integral de materiais, equipamentos, insumos, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, os serviços de limpeza e conservação necessários ao atendimento simultâneo e coordenado de todas as Inspetorias Regionais abrangidas por este Termo de Referência. Tais atividades, embora não integrem o núcleo finalístico da atuação institucional do Crea-GO, são indispensáveis ao suporte material das competências legais da entidade e à preservação das condições mínimas de funcionamento, atendimento, saúde ocupacional, conforto ambiental, conservação predial e imagem institucional.

2.3 - Os serviços objeto desta contratação caracterizam-se como serviços contínuos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por atenderem a necessidades permanentes da Administração cuja interrupção compromete a continuidade administrativa, a segurança sanitária dos ambientes, a adequada conservação dos imóveis, o bem-estar dos usuários e a prestação regular dos serviços institucionais. A natureza continuada da demanda decorre não apenas da repetição periódica das rotinas de limpeza e conservação, mas, sobretudo, da permanência da necessidade administrativa que lhes dá causa, a qual subsiste de forma estável, previsível e indissociável da utilização cotidiana das unidades do Crea-GO.

2.4 - A execução indireta do objeto mostra-se juridicamente legítima, tecnicamente adequada e administrativamente necessária, por se tratar de atividade material acessória, instrumental e complementar ao exercício das competências legais do Crea-GO, passível de execução por terceiros, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, sem transferência indevida de atribuições decisórias, poder de polícia administrativa, regulação, julgamento, fiscalização típica de Estado ou quaisquer competências exclusivas de agentes públicos. A terceirização pretendida recai exclusivamente sobre atividades materiais de apoio, sem ingerência sobre as atribuições finalísticas e sem violação às balizas legais da execução indireta.

2.5 - A adoção da execução indireta, mediante contratação de empresa especializada, com fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, insumos, uniformes e EPIs, revela-se a solução mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa identificada, pois permite ao Crea-GO concentrar seus recursos humanos, materiais e gerenciais em suas competências institucionais próprias, ao mesmo tempo em que assegura especialização operacional, padronização da execução, escala adequada de atendimento, centralização logística, responsabilização contratual unitária e maior capacidade de controle sobre o desempenho dos serviços prestados.

2.6 - O objetivo da contratação é assegurar ambientes física e sanitariamente adequados ao exercício das funções administrativas e técnicas do Conselho, garantindo limpeza, higienização e conservação das edificações, instalações, bens móveis e áreas de uso comum, em todas as unidades da instituição, sendo 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais, em conformidade com os padrões de qualidade, segurança, salubridade, acessibilidade, sustentabilidade e saúde ocupacional exigidos pela legislação vigente e pelas normas técnicas aplicáveis.

2.7 - A necessidade da contratação é ainda reforçada pela circunstância objetiva de que o Contrato atualmente vigente possui término previsto para 30 de junho de 2026, circunstância que impõe a adoção tempestiva das providências necessárias à formalização de nova contratação, de modo a prevenir descontinuidade na prestação dos serviços e a afastar riscos de deterioração das condições sanitárias, operacionais e patrimoniais das unidades atendidas. Nesse contexto, a instauração antecipada do novo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

procedimento constitui providência obrigatória de planejamento, governança e gestão de riscos, compatível com os objetivos do processo licitatório previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e com a diretriz de que a contratação pública deve ser precedida de adequada motivação da necessidade e da solução escolhida.

2.8 - Ressalte-se que a interrupção, a execução deficiente ou a prestação irregular dos serviços de limpeza e conservação comprometeria diretamente as condições de trabalho dos empregados públicos e colaboradores, a salubridade e o conforto dos usuários, a higidez dos ambientes de atendimento, a conservação do patrimônio público, a funcionalidade das instalações físicas e a própria imagem institucional do Crea-GO perante a sociedade. Os reflexos negativos de eventual descontinuidade transcendem a mera inconveniência operacional, alcançando a esfera da segurança sanitária, da preservação predial, da eficiência administrativa e da credibilidade institucional.

2.9 - A contratação centralizada e com escopo unificado mostra-se igualmente justificada sob a perspectiva da eficiência administrativa e da racionalidade gerencial, na medida em que propicia padronização de procedimentos, uniformidade de insumos, integração das rotinas operacionais, economia de escala, simplificação da fiscalização, redução de interfaces críticas entre múltiplas prestadoras, tratamento homogêneo das obrigações contratuais e maior previsibilidade na gestão da execução. Além disso, a concentração do objeto em uma única Contratada favorece a responsabilização objetiva pelo conjunto dos serviços, reduz o risco de fragmentação operacional e contribui para a obtenção de solução mais vantajosa para a Administração.

2.10 - A contratação ora pretendida também se harmoniza com as diretrizes técnicas aplicáveis aos serviços terceirizados de limpeza e conservação, os quais demandam definição prévia de áreas atendidas, rotinas, periodicidades, produtividade, insumos, equipamentos e padrões mínimos de execução, de forma a assegurar aderência entre a necessidade administrativa e a solução contratada. Em contratações dessa natureza, a Administração deve demonstrar a relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviços a ser contratada, com definição objetiva do modelo de execução, justamente para prevenir inadequações de dimensionamento, falhas de cobertura, ineficiência operacional e riscos à continuidade dos serviços.

2.11 - A modelagem adotada neste Termo de Referência considera a necessidade de atendimento simultâneo de unidades distribuídas geograficamente em diversas localidades do Estado de Goiás, com rotinas periódicas de limpeza interna e externa, fornecimento continuado de materiais e insumos, reposição de uniformes e EPIs, controle de qualidade, supervisão operacional e responsabilização contratual integral. Tais características afastam soluções improvisadas, descontínuas ou fragmentadas e evidenciam a necessidade de contratação estruturada, estável e tecnicamente apta a absorver, de forma coordenada, todas as obrigações operacionais vinculadas ao objeto.

2.12 - A presente fundamentação encontra respaldo, ainda, no entendimento técnico de que a contratação pública deve partir da clara identificação e caracterização do problema administrativo a ser resolvido, com vinculação do objeto às necessidades reais da organização e às condições indispensáveis ao desempenho de suas atividades. No caso concreto, a necessidade está diretamente associada ao suporte material ao funcionamento das Inspetorias Regionais, à manutenção de condições adequadas de atendimento e trabalho e à prevenção de riscos operacionais e sanitários decorrentes da ausência ou inadequação dos serviços de limpeza e conservação.

2.13 - Diante de todo o exposto, a contratação pretendida revela-se necessária, adequada, proporcional, vantajosa e juridicamente amparada, constituindo medida indispensável à preservação da continuidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

administrativa, da salubridade dos ambientes institucionais, da conservação patrimonial, da eficiência operacional e do interesse público primário, razão pela qual sua formalização se impõe como providência legítima e necessária à adequada manutenção das atividades do Crea-GO.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 - A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo o fornecimento integral de materiais, equipamentos, insumos, uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, destinados ao atendimento das dependências internas e externas das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais do Crea-GO, localizadas no Estado de Goiás, conforme as especificações técnicas, quantitativos, rotinas operacionais, periodicidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2 - A solução será contratada mediante procedimento licitatório, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global do **Grupo único**, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 17, § 2º, 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum, de natureza continuada, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio das especificações usuais de mercado e dos parâmetros técnicos fixados neste Termo de Referência.

3.3 - A adoção do pregão eletrônico mostra-se juridicamente cabível e tecnicamente adequada, uma vez que o objeto pretendido possui descrição objetiva, padronização executiva, especificações mensuráveis, condições usuais de mercado e ampla oferta por empresas especializadas, o que viabiliza a competição isonômica entre licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência e julgamento objetivo.

3.4 - A execução será indireta, mediante contratação de empresa especializada, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 9.507/2018, não se enquadrando o objeto em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no art. 3º do referido Decreto. A opção pela execução indireta fundamenta-se na natureza material, acessória, instrumental e complementar dos serviços de limpeza e conservação, os quais não envolvem atribuições decisórias, regulatórias, fiscalizatórias típicas de Estado ou qualquer atividade inerente às competências exclusivas dos agentes públicos do Crea-GO.

3.5 - A solução adotada compreende a disponibilização, por parte da Contratada, de 28 (vinte e oito) postos de Auxiliar de Limpeza, com jornada de **20 (vinte) horas semanais**, sendo 1 (um) posto para cada Inspetoria Regional, com execução mínima de **4 (quatro) dias por semana**, além do fornecimento integral e contínuo de todos os materiais, utensílios, equipamentos, uniformes e EPIs necessários à adequada execução dos serviços.

3.6 - Os serviços serão prestados em todas as unidades físicas abrangidas por esta contratação, correspondentes às 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais do Crea-GO, devendo a execução observar as características físicas, rotinas administrativas, necessidades operacionais, áreas internas e externas, periodicidades de limpeza e particularidades de cada localidade, conforme o dimensionamento técnico constante deste Termo de Referência, de forma a assegurar uniformidade, continuidade, padronização e adequado desempenho técnico-operacional.

3.7 - A solução contratada deverá assegurar, de forma contínua e satisfatória, a limpeza, higienização, conservação e manutenção das condições de asseio das unidades atendidas, com reposição regular de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

insumos e utilização de materiais e equipamentos compatíveis com a natureza dos serviços, cabendo à Contratada a integral responsabilidade pela organização operacional, mobilização de recursos, supervisão da execução, substituição de empregados ausentes e pleno atendimento de todas as exigências técnicas e administrativas estabelecidas neste Termo de Referência.

3.8 - A modelagem adotada foi definida de modo a compatibilizar a necessidade administrativa identificada com a solução operacional mais adequada à realidade institucional do Crea-GO, considerando a dispersão geográfica das unidades atendidas, a necessidade de padronização dos serviços, a exigência de fornecimento centralizado de insumos e materiais, a continuidade da execução, a racionalização da gestão contratual e a obtenção de maior eficiência administrativa na fiscalização e no acompanhamento do objeto.

4 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - A presente contratação deverá atender aos requisitos legais, técnicos e administrativos indispensáveis à execução adequada, contínua e eficiente dos serviços, com a adoção de critérios de sustentabilidade, vedação a formatos jurídicos incompatíveis com a finalidade do Contrato e mitigação de riscos por meio de garantias legais e operacionais.

4.2 - Em observância aos arts. 5º, 11, inciso IV, e 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e à Instrução Normativa SEGES/ME nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a contratação observará critérios e práticas de sustentabilidade ambiental compatíveis com a natureza do objeto, adotando medidas voltadas à preservação do meio ambiente, à redução de impactos negativos e à racionalização no uso de recursos naturais, por serem tais critérios materialmente aderentes aos insumos, materiais e rotinas operacionais inerentes à execução dos serviços.

4.3 - A execução contratual deverá estar integralmente alinhada ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, especialmente quanto à: (i) utilização de produtos biodegradáveis, com menor impacto ambiental possível e, sempre que disponíveis no mercado em condições competitivas, com rotulagem ambiental reconhecida; (ii) redução do consumo de recursos naturais, como água e energia, por meio da adoção de práticas operacionais eficientes e uso de equipamentos com selo de eficiência energética, quando aplicável; (iii) geração mínima de resíduos, com separação correta, coleta seletiva e destinação adequada, inclusive por meio de logística reversa de embalagens, quando cabível; (iv) proibição expressa da utilização de produtos perigosos, tóxicos, com solventes agressivos ou com risco à saúde humana ou ao meio ambiente, salvo quando indispensáveis à finalidade específica e devidamente regularizados perante os órgãos competentes; (v) capacitação obrigatória da mão de obra da Contratada quanto às rotinas sustentáveis de limpeza, conservação, manuseio de produtos e descarte de resíduos.

4.4 - São impactos ambientais potenciais desta contratação e suas respectivas medidas mitigadoras:

4.4.1 - Geração de resíduos sólidos (comuns, recicláveis, orgânicos ou perigosos, como lâmpadas, pilhas e embalagens de produtos de limpeza): (i) implantar coleta seletiva nas unidades atendidas, naquilo que for compatível com a estrutura física disponível; (ii) destinar resíduos perigosos a empresas licenciadas ambientalmente; (iii) treinar os empregados da Contratada quanto à correta segregação e descarte dos resíduos.

4.4.2 - Uso excessivo de água nas rotinas de limpeza: (i) priorizar técnicas de limpeza úmida, com mops,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

panos e métodos de baixa dispersão de água, em substituição à lavagem direta sempre que tecnicamente possível; (ii) utilizar equipamentos com controle de vazão, quando aplicável; (iii) adotar rotinas de uso racional da água e comunicar à Contratante eventuais situações anormais de consumo ou desperdício observadas durante a execução.

4.4.3 - Consumo elevado de energia elétrica: (i) utilizar equipamentos com selo PROCEL ou outro selo oficial de eficiência energética, quando aplicável; (ii) restringir o funcionamento ao tempo necessário à execução das tarefas; (iii) realizar manutenção preventiva regular para evitar desperdícios e manter o desempenho eficiente.

4.4.4 - Emissão de produtos químicos no ambiente: (i) priorizar produtos biodegradáveis e regularizados perante a ANVISA, quando exigível; (ii) evitar o uso excessivo de cloro, fosfatos ou solventes com alta toxicidade; (iii) controlar rigorosamente a dosagem para prevenir desperdício, contaminação ou danos às superfícies e aos usuários.

4.4.5 - Poluição do solo e da água por descarte inadequado de embalagens: (i) implementar rotinas de segregação e destinação adequada das embalagens utilizadas; (ii) priorizar, sempre que possível, embalagens recicláveis ou de menor impacto ambiental; (iii) adotar, quando cabível, logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

4.4.6 - Emissão de ruídos por equipamentos de limpeza: (i) priorizar a utilização de equipamentos com tecnologia de baixo ruído ou classificação silenciosa, quando aplicável; (ii) restringir o uso desses equipamentos aos horários compatíveis com as atividades administrativas da Contratante; (iii) fornecer e exigir o uso adequado de protetores auriculares aos trabalhadores que operarem tais equipamentos, sempre que exigido pelas normas de saúde e segurança do trabalho.

4.4.7 - Risco de acidentes ambientais decorrentes do armazenamento ou manuseio incorreto de produtos químicos: (i) armazenar todos os produtos de limpeza em local ventilado, sinalizado e separado de áreas de alimentação ou uso comum; (ii) manter em local acessível as Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, quando aplicáveis; (iii) capacitar os empregados da Contratada em procedimentos de manuseio, transporte e resposta a emergências ambientais.

4.4.8 - Desperdício de papel e outros insumos consumíveis: (i) utilizar, sempre que possível, papel produzido com fibras recicladas ou certificadas; (ii) adotar dispensadores e métodos de reposição que favoreçam o consumo racional; (iii) orientar os empregados da Contratada quanto ao uso eficiente dos materiais disponibilizados.

4.5 - Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza comum, padronizada e amplamente ofertada do objeto, cuja execução não exige a conjugação de expertises distintas, tecnologias incomuns, capacidade econômico-financeira extraordinária ou divisão técnica de escopo que justifique a atuação consorciada. A vedação visa preservar a competitividade efetiva do certame, simplificar a gestão contratual, facilitar a fiscalização da execução e concentrar a responsabilização do objeto em uma única Contratada, em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 - Fica vedada a participação de cooperativas de trabalho, tendo em vista que a execução do objeto pressupõe prestação pessoal contínua, alocação de mão de obra com dedicação exclusiva, observância de jornada previamente definida, subordinação operacional ao preposto da Contratada, necessidade de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

substituição imediata de empregados ausentes e cumprimento de rotinas padronizadas e permanentes de execução, elementos incompatíveis com o regime jurídico próprio das cooperativas de trabalho quando aplicado à contratação de serviços terceirizados com essas características. A vedação tem por finalidade preservar a adequada execução contratual, evitar desvirtuamento da relação cooperativa e resguardar a segurança jurídica da contratação, em consonância com a jurisprudência do TCU sobre a matéria.

4.7 - É vedada à Contratada a cessão ou transferência, total ou parcial, a qualquer título, dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato, salvo alteração societária regularmente admitida e expressamente aceita pela Contratante, mantidas integralmente as condições de habilitação, qualificação e execução originalmente exigidas.

4.8 - É vedada a subcontratação total do objeto contratual.

4.8.1 - Fica autorizada, de forma excepcional e restrita, a subcontratação parcial exclusivamente para atividades acessórias de apoio material, logística complementar, manutenção eventual de equipamentos e fornecimentos instrumentais não abrangidos pela alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, desde que: (i) haja prévia e expressa autorização da Contratante; (ii) a medida esteja tecnicamente justificada; (iii) não ultrapasse 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato; (iv) não implique fracionamento indevido do objeto nem transferência do núcleo essencial dos serviços contratados; (v) a empresa subcontratada comprove capacidade técnica compatível com a parcela a ser executada.

4.8.2 - É expressamente vedada a subcontratação de atividades que envolvam alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, supervisão direta da equipe, fornecimento e gestão ordinária dos empregados vinculados à execução principal, reposição de pessoal, controle de frequência, coordenação rotineira dos serviços ou qualquer atividade essencial ao objeto principal do Contrato, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.8.3 - A subcontratada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: (i) comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária; (ii) inexistência de sanção que a impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública; (iii) compatibilidade técnica com a parcela subcontratada; (iv) apresentação de documentação comprobatória sempre que exigida pela Contratante.

4.8.4 - A Contratada permanecerá como única e integral responsável perante a Contratante pela execução do objeto, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis, comerciais, fiscais e tributárias incidentes sobre a subcontratação, respondendo integralmente por danos, prejuízos, inadimplementos ou desconformidades decorrentes da atuação da subcontratada, conforme o art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

4.9 - A ocorrência de cessão, transferência ou subcontratação em desacordo com as disposições desta cláusula ensejará a aplicação das medidas administrativas e sancionatórias cabíveis, inclusive a extinção do Contrato por inexecução total ou parcial, observados o contraditório e a ampla defesa.

4.10 - A fusão, cisão, incorporação ou associação da Contratada com terceiros deverá ser formalmente comunicada à Contratante, que deliberará, de forma motivada, sobre a manutenção da contratação, observando-se, para tanto: (i) a observância, pela nova pessoa jurídica, de todos os requisitos de habilitação e qualificação exigidos na licitação; (ii) a manutenção das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato; (iii) a inexistência de prejuízo à execução do objeto pactuado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.11 - Em conformidade com os arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da licitante vencedora a prestação de garantia de execução no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato. A exigência é juridicamente cabível e tecnicamente justificada em razão da natureza continuada do objeto, da dispersão geográfica da execução em 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais, da necessidade de mobilização inicial de mão de obra, materiais, equipamentos, uniformes e EPIs, da relevância da continuidade dos serviços e dos riscos operacionais, trabalhistas e patrimoniais inerentes à contratação, constituindo medida adequada de proteção à Contratante contra inadimplemento, falhas de execução, danos e prejuízos decorrentes da inexecução contratual.

4.12 - Como condição para a assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar à Contratante a garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, destinada a assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive aquelas de natureza trabalhista, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12.1 - A garantia poderá ser prestada, a critério da Contratada, mediante uma das modalidades: (i) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; (ii) seguro-garantia; (iii) fiança bancária. No caso de fiança bancária, deverá constar cláusula de renúncia aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil. Quando a modalidade escolhida exigir apólice, instrumento bancário ou documento equivalente, este deverá conter cobertura compatível com as obrigações garantidas e com os riscos próprios da contratação.

4.12.2 - A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da convocação para assinatura do Contrato, admitida uma única prorrogação, por igual período, desde que requerida antes do término do prazo inicial e devidamente justificada.

4.12.3 - A Contratante poderá utilizar a garantia para recompor prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, reparar danos causados pela Contratada, satisfazer obrigações inadimplidas e custear medidas necessárias à continuidade do serviço, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.12.4 - Ocorrendo utilização parcial ou total da garantia pela Contratante, a Contratada deverá recompor o valor original no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da notificação correspondente.

4.12.5 - A garantia será mantida durante toda a vigência do Contrato, inclusive no período de eventual prorrogação, e somente será liberada ou restituída após a completa execução do objeto e a comprovação de inexistência de pendências contratuais imputáveis à Contratada, sem prejuízo do prazo necessário à verificação de obrigações remanescentes.

4.12.6 - No caso de extinção do Contrato por culpa exclusiva da Contratada, o valor da garantia, integral ou remanescente poderá ser revertido em favor da Contratante, sem prejuízo da apuração de perdas e danos verificados.

4.13 - Para o adequado dimensionamento da proposta e pleno conhecimento das condições do local de execução dos serviços, fica facultada aos licitantes a realização de vistoria técnica exclusivamente nas instalações das Inspetorias Regionais abrangidas por esta contratação.

4.13.1 - A vistoria poderá ser realizada do primeiro dia útil subsequente à divulgação do instrumento convocatório até o último dia útil anterior à data da sessão pública, mediante agendamento prévio pelo telefone (62) 3221-6725.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.13.2 - A vistoria deverá ser realizada por representante legal da licitante ou por preposto formalmente autorizado, munido de documento de identificação civil e de documento emitido pela empresa que comprove sua autorização para a prática do ato.

4.13.3 - A não realização da vistoria facultativa não impedirá a participação da licitante no certame, nem poderá fundamentar futura alegação de desconhecimento das condições locais, das instalações, das distâncias, da logística de atendimento, da natureza dos serviços ou de qualquer elemento necessário à formulação da proposta e à execução do objeto, sendo de inteira responsabilidade da licitante vencedora os ônus decorrentes de sua opção.

4.13.4 - A licitante que optar por não realizar vistoria assumirá, para todos os fins, plena ciência das condições e peculiaridades da execução, não podendo invocar desconhecimento superveniente para pleitear alteração de proposta, reequilíbrio econômico-financeiro ou modificação das condições de execução, ressalvadas apenas as hipóteses legalmente caracterizadas como fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

4.14 - Fica dispensada a exigência de apresentação de amostras e de prova de conceito para esta contratação.

4.14.1 - A dispensa prevista no item anterior decorre da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviço comum de limpeza e conservação com especificações técnicas objetivamente definidas neste Termo de Referência, não havendo, no caso concreto, necessidade técnica de submissão prévia de produtos, equipamentos, protótipos ou procedimentos a testes específicos para fins de julgamento da proposta, nem utilidade prática na exigência de prova de conceito para aferição de solução padronizada e amplamente disponível no mercado.

4.14.2 - A exigência de amostras ou prova de conceito, por possuir caráter excepcional e potencial restritivo da competitividade, somente se justificaria diante de necessidade técnica específica, concreta e indispensável, o que não se verifica nesta contratação. A opção pela dispensa busca preservar a ampla competitividade, a isonomia entre licitantes, o julgamento objetivo e a racionalidade do procedimento, em consonância com as orientações do TCU.

5 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A execução dos serviços será realizada de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo atividades de limpeza e conservação predial, mediante alocação fixa de profissionais por unidade, com jornada previamente definida para cada posto.

5.2 - Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, com capacidade técnica e operacional para assegurar a execução simultânea e eficaz em todas as Inspetorias, respeitadas as características físicas e operacionais de cada localidade, em conformidade com os objetivos do processo licitatório previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - As atividades contratadas englobarão rotinas operacionais classificadas por periodicidade (diária, semanal, quinzenal e mensal), observados os parâmetros técnicos exigidos, bem como necessidades ordinárias e extraordinárias compatíveis com o objeto contratado, desde que inseridas no escopo dos serviços de limpeza e conservação previstos neste Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.4 - Os postos de trabalho foram dimensionados com base em estudo técnico de carga horária e na necessidade de cobertura integral das tarefas previstas, sendo vedada a redução do efetivo sem autorização expressa da Contratante. A ausência de empregado em qualquer unidade deverá ser suprida de imediato por substituto devidamente habilitado, sem ônus adicional para a Contratante.

5.5 - Antes do início da execução, a Contratada deverá apresentar plano de trabalho contendo, no mínimo: (i) a descrição das rotinas operacionais; (ii) o dimensionamento dos recursos humanos e materiais; (iii) a estrutura de supervisão; (iv) o cronograma técnico de execução; (v) a sistemática de controle de qualidade; (vi) a identificação do preposto responsável; e (vii) os procedimentos de substituição de empregados ausentes e de reposição de insumos.

5.6 - A execução deverá iniciar-se no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do Contrato e da emissão da ordem de início, prazo em que a Contratada deverá concluir a mobilização integral de pessoal, materiais, uniformes, EPIs e equipamentos.

5.7 - A Contratada será responsável pelo fornecimento integral de todos os materiais de limpeza, utensílios, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, compatíveis com a natureza das atividades e, quando exigível, devidamente regularizados perante os órgãos competentes, vedada a utilização de produtos nocivos ao meio ambiente, à saúde ou ao patrimônio da Contratante.

5.8 - A apresentação dos empregados deverá ser compatível com o ambiente institucional, exigindo-se uniforme padronizado, crachá de identificação e padrão mínimo de asseio, higiene e conduta, conforme especificações técnicas da Contratante.

5.9 - A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, sanitária, de segurança e medicina do trabalho, bem como as determinações expedidas pela Contratante, vedada qualquer conduta que configure ingerência indevida desta na administração interna da Contratada.

5.10 - Os serviços serão acompanhados e fiscalizados por agente designado pela Contratante, a quem caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a regularidade da execução, a conformidade dos insumos e equipamentos, o atendimento das rotinas previstas e a presença dos empregados escalados, devendo quaisquer determinações dirigidas à equipe operacional ser formalizadas por intermédio do preposto da Contratada, ressalvadas as hipóteses de comunicação direta estritamente necessárias à execução de tarefas previamente descritas e padronizadas.

5.11 - A transição entre a empresa cessante e a nova Contratada deverá ocorrer de forma organizada, estruturada e cooperativa, sem descontinuidade dos serviços essenciais, garantindo a plena continuidade administrativa, cabendo à nova Contratada adotar todas as providências necessárias à assunção integral do objeto no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

5.12 - Os serviços deverão ser prestados de modo a assegurar padrão contínuo de qualidade, respeitando os princípios da eficiência, economicidade, salubridade, acessibilidade e continuidade, cabendo à Contratada plena responsabilidade pela adequada condução técnica e administrativa dos trabalhos.

Item	Inspetoria	Endereço	Área (m²)
1	Águas Lindas*	Rua 18, Qd. 22, Lt. 28 – Jardim Querência	224,57



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2	Anápolis	Avenida Federal, Qd. 01, Lt. 04 – Bairro Maracanãzinho	361,72
3	Aparecida de Goiânia	Rua Roma, Qd. 30, APM 3-A – Res. Solar Central Park	204,15
4	Aragarças	Rua Regina Pereira Silva, Qd. 10, Lt. 04 – Vila Ceará	154,52
5	Caldas Novas	Av. E, Qd. 90, Lt. 28 – Bairro Itanhangá I	223,42
6	Campos Belos	Rua Temístocles Rocha, Qd. 15C, Lt. 17-A – Setor Aeroporto	110,10
7	Catalão	Rua Araguaia nº 180, Qd. 01, Lt. 04 – Jardim Paulista, Setor Central	287,40
8	Ceres*	Rua Gláucia S. de Andrade, Qd. 05, Lt. 04 – Centro	238,41
9	Cristalina*	Rua Augusto Severo, Qd. 64, Lt. 02 – Setor Aeroporto	226,30
10	Formosa	Rua Sebastião Spíndola de Athaides nº 18, Qd. 73, Lt. 18 – Parque Laguna II	213,60
11	Goianésia*	Rua 8, Qd. 397, Lt. 02 – Setor Universitário	259,17
12	Goiás	Praça André Xavier Mundim, Qd. 09, Lt. 08 – Setor Padre Arnaldo	83,00
13	Goiatuba	Rua Tamandaré nº 960 – Setor Residencial Gobato	152,85
14	Ipameri	Av. Sul, Qd. 09, Lt. 06 – Res. Jardim Europa	112,02
15	Iporá	Av. Marginal Tamanduá nº 701 – Bairro Mato Grosso	218,80
16	Itumbiara	Rua Novo Horizonte nº 804 – Bairro Dom Bosco	205,51
17	Jataí	Alameda Rio Claro nº 123, Qd. 04, Lt. 24 – Conj. Rio Claro I	152,85
18	Luziânia*	Av. Dona Sara Kubitschek, Qd. 27, Lt. 09A – Parque JK, Setor Mandu	235,26
19	Minaçu*	Rua Pará nº 315 – Setor Central	113,18
20	Mineiros	Rua Abade Thomas, Qd. 7-A, Lt. 02 – Setor Jardim Goiás	205,52
21	Morrinhos	Rua FC-02, Qd. 2-A, Lt. 04 – Setor Aeroporto II	205,52
22	Palmeiras de Goiás*	Rua 03, Qd. 08, Lt. 08 – Jardim Atlântico	127,81
23	Pires do Rio*	Rua Deodoro Veiga nº 11 – Setor Central	165,61
24	Porangatu	Rua Marques de Tamandaré, Qd. 08, Lt. 07 – Vila Record	204,15
25	Quirinópolis	Avenida Brasil nº 578 – Bairro Alexandrina	148,87
26	Rio Verde	Rua João Braz, Qd. 03, Lt. 03 – Res. Engrácia Vaz	399,75
27	Santa Helena	Rua Flauzino Luiz de Freitas nº 1.025 – Bairro Arantes	160,75
28	Uruaçu	Rua 701, Qd. U7-A, Lt. 01 – Setor Sul II	236,15

5.13 - As Inspetorias de Águas Lindas, Ceres, Cristalina, Goianésia, Goiás, Luziânia, Minaçu, Palmeiras de Goiás e Pires do Rio funcionam em imóveis locados, razão pela qual estão sujeitas a eventual mudança de endereço em decorrência da celebração de nova locação. Tal circunstância não prejudica a continuidade da execução contratual, devendo a Contratada adequar, sem ônus adicional para a Contratante, a prestação dos serviços ao novo local indicado dentro do mesmo respectivo município de funcionamento da unidade, desde que mantidas a natureza do objeto, a jornada contratada, a frequência mínima de execução e a equivalência material das condições operacionais da unidade transferida.

5.14 - Postos de Trabalho e Jornada:

5.14.1 - 28 (vinte e oito) Auxiliares de Limpeza: 1 (um) em cada Inspetoria, com jornada de **20 (vinte) horas semanais**, distribuídas em, no mínimo, **4 (quatro) dias por semana**.

5.15 - A Contratada deverá fornecer, para cada empregado vinculado ao Contrato, 2 (dois) jogos completos de uniformes por ano, com entrega inicial antes do início da execução e substituição obrigatória de 1 (um)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

jogo a cada **6 (seis) meses**, ou em até **48 (quarenta e oito) horas** quando constatado desgaste, dano, inadequação ou necessidade de reposição determinada pela Contratante.

5.15.1 - Cada jogo de uniforme deverá conter, no mínimo, calça em tecido de brim, em cor predominante da Contratada, com bolsos traseiro e dianteiro.

5.15.2 - Cada jogo de uniforme deverá conter, no mínimo, camisa em malha fina, com logomarca visível da empresa.

5.15.3 - A Contratada deverá fornecer calçado tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, com solado em PU bi-densidade e palmilha antibacteriana, em quantidade e periodicidade compatíveis com a manutenção das condições adequadas de uso, segurança, higiene e apresentação.

5.15.4 - A Contratada deverá fornecer, adicionalmente, crachá de identificação e EPIs compatíveis com a atividade exercida e com os riscos a ela associados, observadas as normas de saúde e segurança do trabalho.

5.16 - Rotinas de Serviços:

5.16.1 - Diárias: varrição das áreas internas e externas, limpeza de pisos, higienização de sanitários, retirada de detritos, irrigação de jardins, reposição de insumos de higiene e limpeza, inclusive papel higiênico, toalha de papel e sabonete líquido, bem como demais tarefas ordinárias necessárias à manutenção contínua das condições de asseio e conservação das unidades.

5.16.2 - Semanais: limpeza de vidros, divisórias, paredes, telefones e mobiliário, inclusive com aplicação de produtos adequados à conservação das superfícies.

5.16.3 - Quinzenais: higienização de lâmpadas, interruptores e calçadas.

5.16.4 - Mensais: lavagem de garagens, higienização de tetos, paredes e rodapés.

5.17 - A Contratada fornecerá integralmente os materiais descritos na tabela abaixo, cujos quantitativos são estimativos mínimos de referência para a execução anual dos serviços nas 28 (vinte e oito) Inspetorias, vinculando-se ao Contrato quanto à obrigação de fornecimento suficiente, contínuo e compatível com a adequada prestação dos serviços, ainda que a distribuição efetiva entre as unidades varie conforme a necessidade operacional de cada localidade.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual estimada para 28 Inspetorias
1	Água sanitária, base hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p.p. Embalagem de 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	224
2	Álcool líquido 70%, tipo etílico, para uso doméstico. Embalagem de 1 litro, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	168
3	Balde de 12 litros reforçado.	Unidade	56
4	Borrifador de água, capacidade 500 ml.	Unidade	112
5	Desentupidor de pia, com cabo.	Unidade	56
6	Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo.	Unidade	56
7	Desinfetante concentrado, fragrância eucalipto, composição: água, ingredientes ativos, tensoativo	Galão	504



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	não iônico, óleo de eucalipto, cloreto de alquil, dimetil, benzil cítrico, com ação germicida e bactericida. Embalagem plástica com 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.		
8	Detergente líquido 500 ml, tipo lava-louças, viscoso, de primeira linha, cor amarela, verde ou vermelha, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Produto não agressivo à pele.	Unidade	560
9	Detergente líquido concentrado aromatizado, de primeira linha, para limpeza de uso geral, embalagem com 5 litros.	Unidade	224
10	Escova manual de lavar multiuso, estilo escova de lavar roupa.	Unidade	56
11	Escova sanitária com cabo.	Unidade	56
12	Esfregão tipo esponja para limpeza de pisos, para utilização em cabo padrão rosqueado, destinado a limpezas difíceis.	Unidade	28
13	Esponja de lã de aço para limpeza pesada, indicada para remoção de sujeiras incrustadas, ferrugem, resíduos de gordura e limpeza de superfícies metálicas, utensílios de cozinha e demais superfícies resistentes. Pacote com 8 unidades.	Pacote	168
14	Esponja sintética para limpeza, com espuma de poliuretano e abrasivo em uma face, tipo dupla face, antibactérias, medindo aproximadamente 110 mm x 75 mm x 22 mm, em formato retangular.	Unidade	1008
15	Flanela branca, 100% algodão, tamanho 40 x 60 cm.	Unidade	560
16	Frasco plástico de mesa para álcool ou sabonete líquido, capacidade 500 ml.	Unidade	112
17	Inseticida tipo spray, multi-insetos, extermina qualquer tipo de inseto, indicado para controle de mosquitos, inclusive da dengue, moscas, baratas, formigas e aranhas, não contendo CFC, embalagem não inferior a 300 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, à base de água e com registro no Ministério da Saúde.	Unidade	112
18	Limpa-vidros, frasco 500 ml.	Unidade	224
19	Limpador para limpeza pesada concentrado, aromatizado, para uso geral em diversos tipos de pisos, como cozinhas, cerâmicas, porcelanatos, azulejos e banheiros, desincrustante, embalagem com 5 litros.	Galão	168
20	Luva de borracha para limpeza, cor amarela.	Par	224
21	Mangueira plástica de 10 m, com kit, conector para torneira de jardim e esguicho rosqueado com jato ajustável, para mangueira de ½ polegada, de alta durabilidade, siliconada, flexível e reforçada.	Unidade	28
22	Mangueira plástica de 20 m, com kit, conector para torneira de jardim e esguicho rosqueado com jato ajustável, para mangueira de ½ polegada, de alta durabilidade, siliconada, flexível e reforçada.	Unidade	28
23	Mangueira plástica de 30 m, com kit, conector para torneira de jardim e esguicho rosqueado com jato ajustável, para mangueira de ½ polegada, de alta durabilidade, siliconada, flexível e reforçada.	Unidade	28
24	Pá para lixo de plástico com cabo.	Unidade	28
25	Pano atalhado, pano de prato, 100% algodão, para uso em cozinha, com bacia, com etiqueta que comprove a qualidade do tecido e tamanho de 40 x 70 cm.	Unidade	84
26	Pano para limpeza de chão em algodão, tipo saco, alvejado, tamanho aproximado 76 x 78 cm.	Unidade	560
27	Papel higiênico gofrado, branco, com folhas duplas de alta qualidade, 100% celulose virgem branca, alta absorção, maciez e resistência, extra-luxo, neutro, rolo de 10 cm x 300 m, pacote com 8 rolos.	Pacote	280
28	Rastelo de plástico para jardim, tipo vassoura, com cabo, 22 dentes.	Unidade	28
29	Rodo de plástico para piso com duas borrachas, cabo longo reforçado de 40 cm, cabo rosqueado.	Unidade	112
30	Rodo de plástico para piso com duas borrachas, cabo longo reforçado de 60 cm, cabo rosqueado.	Unidade	112



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

31	Rodo limpa-vidros com cabo.	Unidade	56
32	Sabão neutro em barra, composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, conservantes, corante e outras substâncias químicas permitidas, PH 1% = 11,5 máximo, alcalinidade livre máxima de 0,5% p/p, embalado em saco plástico com 5 unidades de 200 gramas cada, consistência firme, com registro no Ministério da Saúde.	Pacote	168
33	Sabão em pó convencional, de primeira linha, caixa com 1 kg, para limpeza em geral, com data de fabricação, validade, número do lote e registro na ANVISA/MS.	Unidade	168
34	Sabonete líquido, de primeira linha, aroma erva-doce, embalagem de 2 litros, cremoso, glicerinado e aromatizado.	Unidade	140
35	Sabonete líquido, de primeira linha, aroma erva-doce, galão de 5 litros, cremoso, glicerinado e aromatizado.	Galão	140
36	Saco plástico para lixo, alta resistência, 100 litros, pacote com 10 unidades.	Pacote	280
37	Saco plástico para lixo, alta resistência, 40 litros, pacote com 100 unidades.	Pacote	672
38	Toalha de papel branca para cozinha, 100% fibras naturais, rolo com 60 toalhas, cada toalha de 22 x 20 cm, pacote 2 x 1.	Pacote	168
39	Toalhas de papel interfolha para banheiro, com 2 dobras, 100% fibras naturais, 20,0 cm x 21,0 cm, cor branca, embalagem contendo 1000 unidades.	Pacote	560
40	Vassoura de palha, de 1ª qualidade.	Unidade	112
41	Vassoura de pêlo, de 1ª qualidade.	Unidade	112
42	Vassoura de piaçava de nylon.	Unidade	112
43	Vassoura limpa-teto de cabo duplo.	Unidade	28



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em estrita conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo a cada parte a responsabilidade integral pelas consequências jurídicas e materiais decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

6.2 - No caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual por iniciativa da Contratante, os prazos de execução e o cronograma serão prorrogados pelo período correspondente ao da paralisação ou suspensão, mediante formalização do respectivo ajuste, com o devido registro nos autos do processo.

6.3 - A execução contratual será acompanhada, supervisionada e tecnicamente controlada por agentes públicos formalmente designados como gestor e fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas do Crea-GO.

6.4 - O fiscal do Contrato registrará em sistema próprio ou em instrumento formal equivalente todas as ocorrências relevantes da execução, adotando providências corretivas no âmbito de sua competência e cientificando o gestor do Contrato sempre que a situação exigir providência administrativa, decisão superior, aplicação de penalidade, alteração contratual ou medida que extrapole suas atribuições.

6.5 - O gestor do Contrato poderá convocar representante da Contratada, sempre que necessário, para reuniões presenciais ou remotas destinadas ao acompanhamento da execução, à solução de intercorrências, à adoção de providências corretivas e ao alinhamento das obrigações contratuais.

6.6 - A Contratada deverá indicar preposto, formalmente aceito pela Contratante, com poderes para representá-la durante toda a execução contratual e para atender às demandas da fiscalização, inclusive prestando esclarecimentos, recebendo notificações, adotando providências operacionais e solucionando intercorrências relacionadas ao objeto.

6.6.1 - A indicação ou manutenção do preposto poderá ser recusada motivadamente pela Contratante, devendo a Contratada designar novo representante no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da ciência da recusa.

6.6.2 - Todas as comunicações operacionais da Contratante dirigidas à equipe da Contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, por intermédio do preposto, de modo a preservar a autonomia administrativa da Contratada e evitar ingerência indevida na gestão direta de seus empregados, sem prejuízo de orientações pontuais e imediatas estritamente necessárias à adequada execução de tarefas previamente previstas e padronizadas neste Termo de Referência.

6.7 - A Contratada será responsável, às suas expensas, por toda e qualquer necessidade de correção, substituição, atualização, complementação ou reexecução do objeto, total ou parcialmente, sempre que forem constatados vícios, defeitos, inconformidades, insuficiência de insumos, inadequação de materiais, falhas de execução ou descumprimento das especificações deste Termo de Referência, independentemente do ateste provisório da execução mensal e sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.8 - A Contratada responderá civil e administrativamente por todos os danos causados à Contratante ou a terceiros em decorrência da execução do Contrato, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133, de 1º



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

de abril de 2021, sem que o acompanhamento ou a fiscalização exercidos pela Contratante excluam ou atenuem essa responsabilidade.

6.9 - A Contratada será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações legais decorrentes da execução do Contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, não gerando qualquer vínculo jurídico entre a Contratante e os empregados da empresa ou de eventual subcontratada autorizada.

6.10 - A inadimplência da Contratada quanto a encargos trabalhistas, tributários, previdenciários ou comerciais não transferirá automaticamente à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, sem prejuízo das medidas de fiscalização, retenção, glosa, pagamento direto, uso da garantia ou demais providências legal e contratualmente cabíveis para resguardar a continuidade do serviço e a satisfação das obrigações inadimplidas.

6.11 - As comunicações formais entre Contratante e Contratada deverão ser realizadas preferencialmente por meio eletrônico com comprovação de envio e recebimento, admitindo-se expediente oficial físico quando a natureza do ato, a formalidade exigida ou a indisponibilidade do meio eletrônico assim o exigirem.

6.12 - Após a assinatura do Contrato, a Contratante convocará o preposto da Contratada para reunião inicial obrigatória, destinada à apresentação do plano de fiscalização, à definição dos critérios técnicos de aferição do objeto, ao estabelecimento do cronograma inicial, à formalização dos fluxos de comunicação, à apresentação dos documentos iniciais da execução e à explicitação das sanções contratuais aplicáveis em caso de descumprimento.

6.13 - Como condição prévia ao pagamento de cada nota fiscal ou fatura, a Contratante verificará a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, exigindo-se, no mínimo, a apresentação dos seguintes documentos:

6.13.1 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

6.13.2 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

6.13.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.13.4 - Documentação complementar exigida neste Termo de Referência para comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e contratuais relacionadas aos empregados vinculados à execução, quando aplicável.

6.14 - A manutenção, durante toda a vigência contratual, das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como da qualificação jurídica, técnica e econômico-financeira exigidas no certame, será obrigatória e condição essencial para a continuidade do ajuste, sob pena de aplicação das medidas e sanções cabíveis, inclusive extinção motivada do Contrato, observados o contraditório e a ampla defesa.

6.15 - A documentação comprobatória da regularidade e do cumprimento das obrigações contratuais deverá ser entregue mensalmente até o dia 20 (vinte) do mês subsequente à prestação do serviço, sem prejuízo da possibilidade de solicitação de documentos adicionais pela Contratante, quando necessários à adequada fiscalização do Contrato.

6.16 - Havendo dúvidas, omissões, inconsistências ou irregularidades na documentação apresentada, a Contratada será notificada formalmente e deverá reapresentá-la ou prestar os esclarecimentos necessários



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

no prazo improrrogável de **2 (dois) dias úteis**, sob pena de glosa da fatura correspondente, retenção cautelar de valores, suspensão do pagamento da parcela afetada e aplicação das demais medidas contratuais cabíveis.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - A medição dos serviços será mensal, com base no efetivo cumprimento das obrigações contratuais, considerando: (i) assiduidade e pontualidade dos profissionais; (ii) qualidade técnica dos serviços executados; (iii) fornecimento adequado de insumos; (iv) atendimento integral aos padrões exigidos no Termo de Referência e demais documentos do processo.

7.2 - A fiscalização da medição caberá ao agente designado como fiscal do Contrato, mediante: registros de frequência, relatórios circunstanciados, verificações in loco, registros fotográficos, evidências documentais e outros instrumentos previstos no plano de fiscalização.

7.3 - A Administração poderá adotar, conforme a criticidade do posto, histórico contratual ou sensibilidade da atividade, fiscalização documental, amostral ou presencial.

7.4 - O atesto da Nota Fiscal dependerá da verificação global do cumprimento contratual no período, não se limitando à presença dos empregados, mas abrangendo também qualidade, fornecimento de materiais e obediência às determinações da Contratante.

7.5 - Como condição prévia ao pagamento, a Contratada deverá apresentar: (i) Nota Fiscal discriminada, em conformidade com a proposta aceita; (ii) Relatório de execução dos serviços; (iii) Documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

7.5.1 - Certidão Negativa de Débitos de Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

7.5.2 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.5.3 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

7.5.4 - Comprovantes de pagamento de salários dos empregados vinculados ao Contrato, mediante depósito bancário em conta individual.

7.5.5 - Comprovantes de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias incidentes sobre a execução contratual, quando exigíveis.

7.5.6 - Folha analítica de pagamento, folhas de ponto ou controles equivalentes, contracheques e demais documentos necessários à aferição do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciais e tributárias e contratuais relacionadas à execução do objeto.

7.6 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após recebimento da Nota Fiscal atestada, mediante crédito em conta-corrente indicada pela Contratada. Considera-se como data de pagamento a emissão da ordem bancária.

7.7 - Em caso de erro, omissão ou irregularidade na documentação, o prazo de pagamento ficará suspenso, reiniciando-se somente após a reapresentação regular.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.8 - Se houver cobrança indevida posteriormente identificada, o valor será glosado na fatura seguinte, assegurado o contraditório.

7.9 - É vedado pagamento antecipado, total ou parcial, por não se tratar de hipótese excepcional prevista no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

7.11 - Caso o pagamento não ocorra no prazo estipulado, desde que não haja culpa da Contratada, incidirão encargos moratórios limitados a 6% (seis por cento) ao ano, calculados de forma simples, pela fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = 0,00016438;

N = número de dias de atraso;

VP = valor devido.

7.12 - A Contratante poderá reter, suspender ou glosar valores quando constatado descumprimento contratual, inadimplemento trabalhista, ausência de insumos, falta injustificada de empregados ou inexecução parcial dos serviços, devidamente registrados em relatório fiscal.

7.13 - Serão aplicadas retenções tributárias previstas na legislação, ressalvadas as hipóteses de empresas enquadradas no Simples Nacional, mediante comprovação, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

7.14 - Nenhum pagamento será realizado enquanto houver: (i) pendência de regularização contratual; (ii) execução deficiente dos serviços; (iii) documentação fiscal em desconformidade; (iv) inadimplência da Contratada com suas obrigações legais.

7.15 - A Contratante não responderá por despesas não previstas no Contrato ou não autorizadas.

7.16 - O pagamento dos salários dos empregados da Contratada deverá ser feito exclusivamente por depósito bancário em conta individual, em instituições localizadas na região da prestação dos serviços.

7.17 - A Contratada é responsável pelo pagamento pontual dos salários e encargos, mesmo em caso de atraso no pagamento das faturas pelo Crea-GO.

7.18 - Constatado inadimplemento trabalhista ou previdenciário, a Administração poderá, sucessivamente: (i) efetuar diretamente os pagamentos aos empregados e recolhimentos devidos, deduzindo da fatura; (ii) depositar valores na Justiça do Trabalho, quando não possível pagamento direto; (iii) reter cautelarmente o valor de 1 (um) mês de serviço, em caso de rescisão contratual, até a comprovação das verbas rescisórias.

7.19 - Poderá ser admitida compensação de jornada de trabalho dos empregados vinculados à execução do Contrato, desde que:

7.19.1 - Seja compatível com a natureza dos serviços;

7.19.2 - Decorra de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, ou de necessidade eventual de caráter pessoal do trabalhador, nas hipóteses em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto;

7.19.3 - Esteja prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou, quando admitido pela legislação, em acordo individual escrito;

7.19.4 - Não implique supressão de direitos, redução indevida da remuneração ou extrapolação dos limites legais de jornada, sendo vedada a utilização da compensação como mecanismo de afronta às normas de saúde e segurança do trabalho, em conformidade com o Decreto nº 12.174/2024 e com a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024.

8 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de 2026, nº 6.2.2.1.1.01.04.09.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

8.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se necessária, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9 - DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O valor total anual estimado da contratação é de **R\$ 987.482,48 (novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)**.

9.2 - A estimativa preliminar de valor foi embasada em parâmetros técnicos de referência aplicáveis aos serviços de limpeza e conservação, especialmente nas diretrizes do Caderno Técnico de Limpeza e Valores Limites – Estado de Goiás, considerada a estrutura de custos do objeto, a composição da mão de obra com dedicação exclusiva, os encargos sociais e trabalhistas incidentes, os benefícios legais e convencionais, os insumos, materiais, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, equipamentos e demais componentes necessários à execução contratual.

9.2.1 - Para a composição preliminar da parcela relativa à mão de obra, foram observados os salários-base e demais parcelas remuneratórias pertinentes à categoria profissional aplicável, de acordo com o instrumento coletivo então utilizado como referência técnica para a elaboração da estimativa.

9.2.2 - Para a composição preliminar da parcela relativa aos insumos, materiais, uniformes, EPIs e equipamentos, foram considerados valores referenciais compatíveis com o mercado e com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

9.3 - A pesquisa de preços e a justificativa de preços da contratação serão formalizadas, em etapa própria da instrução processual, pela Área de Apoio às Contratações, em conformidade com a legislação e os normativos aplicáveis, cabendo a essa unidade a validação da estimativa, a consolidação do valor de referência da contratação e a instrução específica quanto à metodologia adotada.

9.4 - O valor estimado preliminar constante desta cláusula possui finalidade de planejamento e balizamento interno da contratação, devendo ser confrontado e, se necessário, ajustado à luz do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

resultado da pesquisa de preços a ser formalizada pela Área de Apoio às Contratações, sem prejuízo da manutenção integral das especificações técnicas, quantitativos e condições de execução definidos no Termo de Referência.

10 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Crea-GO, para o exercício financeiro correspondente à formalização da contratação, observada a manifestação da Área de Contabilidade quanto à disponibilidade ou previsão orçamentária para atendimento da despesa.

10.2 - Nos termos do art. 86 da Portaria nº 007/2024, após a estimativa de despesas e a justificativa de preços, os autos seguirão para a Área de Contabilidade para manifestação a respeito da disponibilidade ou previsão orçamentária necessária ao atendimento da contratação.

10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Este Termo de Referência foi elaborado pela **Área de Apoio Administrativo às Inspetorias**, por intermédio da servidora **Sueli Guimarães Ataíde** a seguir identificada, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, e com a necessidade da Administração, e aprovado pela autoridade competente, **Engenheiro Lamartine Moreira Junior**, conforme disposto nos autos do processo e na Lei nº 14.133/2021.

Goiânia, 27 de maio de 2026.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHA DE
FORMAÇÃO DE CUSTOS A SER PREENCHIDA PELO LICITANTE**

1.1 – MODELO – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTO – 20 H SEMANAIS

1.1.1 – O licitante ao preencher a planilha deverá observar o % de ISS de cada localidade, conforme quadro a seguir:

Item	Localidades	% de ISS
1	Ceres, Formosa, Goianésia, Goiatuba, Ipameri, Iporá, Jataí e Pires do Rio	2%
2	Anápolis	2,5%
3	Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragarças, Itumbiara, Luziânia, Palmeiras de Goiás, Porangatu e Uruaçu	3%
4	Cristalina, Mineiros e Morrinhos	3,5%
5	Goiás, Minaçu, Quirinópolis e Santa Helena	4%
6	Caldas Novas, Campos Belos, Catalão e Rio Verde	5%

AUXILIAR DE LIMPEZA		
A	A planilha foi elaborada com base no salário Oficial vigente da categoria em (Preencher data), para (Preencher função) de 20 horas semanais, Diurno.	
B	Salário normativo da categoria profissional (Acordo Coletivo vigente: (nº do acordo coletivo))	
C	Data base da categoria(dia/mês/ano) (Preencher dia/mês/ano)	

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO				
1	Composição da remuneração		%	Valor (R\$)
A	Salário base	-		R\$ 0,00
B	Adicional de periculosidade	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
D	Adicional noturno	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
E	Hora noturna adicional	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
F	Adicional de hora extra	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
G	Intervalo intrajornada	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
H	Outros (especificar)	NÃO	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			0,00%	R\$ _____

MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS				
2	Benefícios Mensais e Diários	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
A	Transporte			
A1	Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base)			
B	Auxílio-alimentação (vales, cesta básica)			
B1	Desconto legal sobre alimentação (máximo 11% do salário-base)			
C	Seguro de vida, invalidez e funeral			
D	Benefício Amparo Familiar			
E	Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

F	EPI			
G	Outros (cursos, reciclagem e treinamentos)			
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS				R\$ 0,00

MÓDULO 3 – ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO

Submódulo 3.1 – Encargos Previdenciários e FGTS:

3.1	Encargos Previdenciários e FGTS:	%	Valor (R\$)
A	INSS-Seguridade Social		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
F	FGTS		
G	Riscos Ambientais do Trabalho – RAT x FAP		
H	SEBRAE		
Total		0,00%	R\$ 0,00

Submódulo 3.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

3.2	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
Total		0,000%	R\$ 0,00

Submódulo 3.3 – Provisão para Rescisão

3.3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
Total		0,000%	R\$ 0,00

Submódulo 3.4 – Incidência do Submódulo 3.1 sobre o Submódulo 3.2

3.4	Incidência	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias		
B	Substituto na Cobertura das Ausências Legais		
C	Substituto na Cobertura de Licença-paternidade		
D	Substituto na Cobertura das Ausências por Acidente de Trabalho		
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

F	Substituto na Cobertura de Outras Ausências (Especificar)		
G	Substituto no Intervalo para Repouso ou Alimentação		
Total		0,00%	R\$ 0,00

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		
-----------------------------------	--	--

VALOR TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS (R\$)		
--	--	--

TOTAL DE REMUNERAÇÃO + ENCARGOS SOCIAIS + INSUMOS (R\$)		
--	--	--

MÓDULO 4 - LDI E TRIBUTAÇÃO E PREÇO MENSAL			
4.1	LUCRO E DESPESAS INDIRETAS (LDI)	%	Valor (R\$)
A	Despesas Administrativas/Operacionais		
B	Lucro		
Total - Lucro E Despesas Indiretas		0,00%	R\$ 0,00

4.2	TRIBUTAÇÃO SOBRE FATURAMENTO	%	Valor (R\$)
A	ISS		
B	COFINS		
C	PIS		
Total - Tributação Sobre Faturamento		0,00%	R\$ 0,00

PREÇO MENSAL PARA 1 (UM) EMPREGADO (R\$)			R\$ 0,00
---	--	--	-----------------

MÓDULO 5 - POSTOS DE TRABALHO E VALOR				
5.1	Postos De Trabalho	Quant.	Valor Unit.	Total
5.2	Localidades:			
5.3	Preço Total Mensal (R\$)			R\$ 0,00
5.4	Preço Anual Total (R\$)			R\$ 0,00

1.2 - MATERIAIS DE LIMPEZA

Item	Descrição	Unidade	Quant. Anual para 28 Inspeções	Valor R\$	
				Unitário	Total
1	Água sanitária, base hipoclorito de sódio com teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5% p.p. Embalagem de 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	224		
2	Álcool líquido 70%, tipo etílico, para uso doméstico. Embalagem de 1 litro, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Unidade	168		
3	Balde de 12 litros reforçado	Unidade	56		
4	Borrifador de água capacidade 500 ml	Unidade	112		
5	Desentupidor de pia, com cabo	Unidade	56		
6	Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo	Unidade	56		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7	Desinfetante concentrado, fragrância eucalipto – composição: água, ingredientes ativos, tensoativo não iônico, óleo de eucalipto, cloreto de alquil, dimetil, benzil cítrico, com ação germicida e bactericida. Embalagem plástica com 5 litros, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	Galão	504		
8	Detergente líquido 500 ml, tipo lava louças, viscoso 1a linha; cor amarelo, verde ou vermelho, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, número de lote, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Produto não agressivo à pele.	Unidade	560		
9	Detergente líquido concentrado aromatizado 1a linha para Limpeza de uso geral, embalar com 5 litros	Unidade	224		
10	Escova manual de lavar multiuso (estilo escova de lavar roupa)	Unidade	56		
11	Escova sanitária com cabo	Unidade	56		
12	Esfregão tipo esponja para limpeza de pisos para utilização em cabo padrão rosqueado para limpezas difíceis	Unidade	28		
13	Esponja de lã de aço para limpeza pesada, indicada para remoção de sujeiras incrustadas, ferrugem, resíduos de gordura e limpeza de superfícies metálicas, utensílios de cozinha e demais superfícies resistentes. Pacote com 8 unidades	Pacote	168		
14	Esponja sintética para limpeza – com espuma de poliuretano, com abrasivo em uma face; tipo dupla face, antibactérias; medindo aproximadamente 110 mm x 75 mm x 22 mm; com formato retangular	Unidade	1008		
15	Flanela branca 100% algodão, tamanho 40x60cm	Unidade	560		
16	Frasco plástico de mesa para álcool/sabonete líquido capacidade 500 ml	Unidade	112		
17	Inseticida tipo spray, multi-insetos, extermina qualquer tipo de inseto, indicado para controle de mosquitos e (inclusive da dengue), moscas, baratas, formigas e aranhas, não contendo cfc, embalagem não inferior a 300ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. a base de água. o produto deverá ter registro no ministério da saúde.	Unidade	112		
18	Limpa-vidros frasco 500 ml	Unidade	224		
19	Limpador para Limpeza pesada concentrado, aromatizado, para uso geral para diversos tipos de pisos como cozinhas, cerâmicas, porcelanatos, azulejos, banheiros, desincrustante embalar com 5 litros	Galão	168		
20	Luva de borracha para limpeza amarela	Par	224		
21	Mangueira plástica (10 m) com kit com conector para torneira de jardim e esguicho rosqueado com jato ajustável, para mangueira de medida ½" polegada, sendo a mangueira para jardim de alta durabilidade, siliconada, flexível (não dobrável), reforçada – comprimento de 10 metros	Unidade	28		
22	Mangueira plástica (20 m) com kit com conector para torneira de jardim e esguicho rosqueado com jato ajustável, para mangueira de medida ½" polegada, sendo a mangueira para jardim de alta durabilidade, siliconada, flexível (não dobrável), reforçada – comprimento de 20 metros	Unidade	28		
23	Mangueira plástica (30 m) com kit com conector para torneira de jardim e esguicho rosqueado com jato ajustável, para mangueira de medida ½" polegada, sendo a mangueira para jardim de alta durabilidade, siliconada, flexível (não dobrável), reforçada – comprimento de 30 metros	Unidade	28		
24	Pá para lixo de plástico com cabo	Unidade	28		
25	Pano atalhado (pano de prato), 100% algodão, para uso em cozinha, com bainha, com etiqueta que comprove a qualidade do tecido e tamanho de 40X70 centímetros.	Unidade	84		
26	Pano para limpeza de chão em algodão, tipo saco, alvejado, tamanho aproximado 76X78 centímetros	Unidade	560		
27	Papel higiênico gofrado, branco com folhas duplas de alta qualidade, 100%	Pacote	280		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

	celulose virgem branca, alta absorção, maciez e resistência, extra-luxo, neutro, rolo de 10 cm x 300 m – pacote com 8 rolos.				
28	Rastelo de plástico para jardim tipo vassoura com cabo 22 dentes	Unidade	28		
29	Rodo de plástico para piso com duas borrachas com cabo longo reforçado 40 cm, cabo rosqueado	Unidade	112		
30	Rodo de plástico para piso com duas borrachas com cabo longo reforçado 60 cm, cabo rosqueado	Unidade	112		
31	Rodo limpa vidros com cabo	Unidade	56		
32	Sabão neutro em barra, composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina, conservantes, corante e outras substâncias químicas permitidas, especificações PH 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5% p/p, comum, embalado em saco plástico pacote de 5 unidades, pesando 200 gramas por pedaço, consistência firme. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	Pacote	168		
33	Sabão em pó convencional, de primeira linha, caixa com 1 (um) quilograma, para limpeza em geral. Na embalagem deverá constar a data da fabricação, da validade, número do lote e registro na Anvisa/MS.	Unidade	168		
34	Sabonete líquido, 1a linha, aroma erva-doce, embalagem de 2 litros, cremoso, glicerinado, aromatizado	Unidade	140		
35	Sabonete líquido, 1a linha, aroma erva-doce, galão de 5 litros, cremoso, glicerinado, aromatizado	Galão	140		
36	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 100 litros, pacote com 10 unidades	Pacote	280		
37	Saco plástico p/ lixo de alta resistência de 40 litros, pacote com 100 unidades	Pacote	672		
38	Toalha de papel branca (cozinha) 100% de fibras naturais, rolo com 60 toalhas, sendo cada toalha de 22x20cm – Pacote: 2x1	Pacote	168		
39	Toalhas de Papel interfolha (banheiro), com 02(duas) dobras, 100% fibras naturais, 20,0 cm x 21,0 cm, cor branca, embalagem contendo 1000 unidades.	Pacote	560		
40	Vassoura de palha de 1ª qualidade	Unidade	112		
41	Vassoura de pêlo de 1ª qualidade	Unidade	112		
42	Vassoura de piaçava de nylon	Unidade	112		
43	Vassoura limpa teto de cabo duplo	Unidade	28		
VALOR TOTAL					

1.3 – DO UNIFORME E EPI

O calculo abaixo, referente a uniforme e EPI trata-se apenas de demonstração (memória de calculo), sendo o mesmo inserido nas planilhas de formação de custo. As luvas também considerada como EPI foi inserida na lista de materiais.

1.3.1 – AUXILIAR DE LIMPEZA

UNIFORME – AUXILIAR DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	Quant. Para Um Ano	Valor R\$	
				Unitário	Total
1	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro	Unidade	2		
2	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca da empresa de forma visível	Unidade	2		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

UNIFORME – AUXILIAR DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	Quant. Para Um Ano	Valor R\$	
				Unitário	Total
3	Calçado: Sapato tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, solado baixo de Poliuretano bi densidade – Flexível, com palmilha removível antibacteriana	Unidade	1		
Total Anual R\$					
Total Mensal R\$					

CALCULO PARA OBTENÇÃO DO VALOR MENSAL – UNIFORME			
Item	Descrição	Valor Total Anual	Valor Mensal
1	Calça: Tecido de brim, cor predominante da Contratada, com bolso traseiro e dianteiro		
2	Camisa: Tecido de malha fina, cor predominante da Contratada, com logomarca da empresa de forma visível		
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS H-Uniformes (Vr. Anual/12 – uma muda por semestre)			

CALCULO PARA OBTENÇÃO DO VALOR MENSAL – EPI			
Item	Descrição	Valor Total Anual	Valor Mensal
3	Calçado: Sapato tipo tênis preto em couro, fechado, hidrofugado, solado baixo de Poliuretano bi densidade – Flexível, com palmilha removível antibacteriana		
LANÇADO NO MÓDULO 2 – INSUMOS, BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS I – EPI			

1.3.2 – RESUMO DOS VALORES DOS SERVIÇOS

SERVIÇOS DE AUXILIAR DE LIMPEZA COM JORNADA DE 20 HORAS SEMANAIS			
		Valor Total Anual	Valor Mensal
1	Águas Lindas		
2	Anápolis		
3	Aparecida De Goiânia		
4	Aragarças		
5	Caldas Novas		
6	Campos Belos		
7	Catalão		
8	Ceres		
9	Cristalina		
10	Formosa		
11	Goianésia		
12	Goiás		
13	Goiatuba		
14	Ipameri		
15	Iporá		
16	Itumbiara		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

17	Jataí		
18	Luziânia		
19	Minaçu		
20	Mineiros		
21	Morrinhos		
22	Palmeiras De Goiás		
23	Pires Do Rio		
24	Porangatu		
25	Quirinópolis		
26	Rio Verde		
27	Santa Helena		
28	Uruaçu		
Valor Total (R\$)			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO III - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E
FORMAÇÃO DE PREÇOS

1 - DO ANEXO

1.1 - O presente Anexo tem por finalidade disponibilizar, em formato eletrônico editável, planilha referencial de composição de custos e formação de preços relativa à contratação de serviços continuados de limpeza e conservação para as Inspetorias do Crea-GO.

1.2 - A planilha disponibilizada possui finalidade auxiliar, instrumental e referencial, destinando-se a demonstrar a estrutura de composição econômica da contratação e a subsidiar a elaboração, conferência e análise das propostas.

2 - DISPONIBILIZAÇÃO EM FORMATO EDITÁVEL

2.1 - Em razão da necessidade de preservação da funcionalidade editável do arquivo, especialmente quanto à estrutura de cálculo, fórmulas, parametrizações e consolidações, a planilha permanecerá disponível por meio de acesso eletrônico direto no seguinte endereço:

<https://nuvem.crea-go.org.br/s/0r36jWHGhjh5pOP>

2.2 - O arquivo eletrônico indicado no item anterior integra os documentos da contratação como anexo complementar de natureza referencial e operacional.

3 - CONTEÚDO E NATUREZA REFERENCIAL

3.1 - A planilha eletrônica disponibilizada no link acima não se confunde com o Anexo I – Modelo de Proposta de Preços, embora com ele mantenha pertinência temática e operacional.

3.2 - O Anexo I corresponde ao modelo formal de proposta a ser apresentado e preenchido pelo licitante, nos termos do Edital e do Termo de Referência.

3.3 - A planilha eletrônica deste Anexo contém estrutura referencial de composição de custos e formação de preços, podendo contemplar parâmetros técnicos, memória de cálculo, bases salariais, encargos, benefícios, insumos, tributos, despesas indiretas, lucro, demonstrativos auxiliares e valores referenciais utilizados para fins de planejamento e apoio à formulação das propostas.

3.4 - Os valores eventualmente constantes da planilha eletrônica possuem caráter meramente referencial, não significando imposição de preços fixos aos licitantes, os quais permanecerão responsáveis pela formulação autônoma de suas propostas, observado o regime jurídico aplicável, a convenção coletiva pertinente, a exequibilidade do preço ofertado e as exigências do Edital e do Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4 - RESPONSABILIDADE PELO PREENCHIMENTO

4.1 - A planilha eletrônica referencial poderá ser utilizada pelos licitantes como instrumento de apoio para compreensão da modelagem econômico-financeira da contratação e para auxílio no preenchimento de sua proposta.

4.2 - Compete exclusivamente ao licitante verificar a correção dos parâmetros aplicáveis à sua realidade empresarial, inclusive quanto a salários, encargos, benefícios, tributos, custos indiretos, insumos, equipamentos, uniformes, EPIs e demais parcelas de custo.

4.3 - A utilização da planilha eletrônica referencial não afasta a responsabilidade integral do licitante pelos valores lançados em sua proposta, pela exequibilidade do preço ofertado e pela conformidade documental exigida no certame.

5 - VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA

5.1 - Em caso de divergência entre o conteúdo da planilha eletrônica referencial e as disposições expressas do Edital, do Termo de Referência ou do Anexo I – Modelo de Proposta de Preços, prevalecerão, para todos os fins, as regras constantes do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos formais.

5.2 - Eventuais inconsistências, dúvidas ou necessidade de ajustes na planilha eletrônica referencial poderão ser objeto de esclarecimento formal pela Administração, na forma do instrumento convocatório.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO IV - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE
SI O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DE GOIÁS - CREA-GO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - DAS PARTES

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, estabelecido à Rua 239, n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP n.º 74.605-070, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Lamartine Moreira Junior, brasileiro, casado, registro profissional no CREA n.º 7797/D-GO, CPF n.º XX3.195.7XX-XX, RG n.º 1967XXX - SSP-GO, residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA:

2 - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente Contrato decorre do **Pregão Eletrônico n.º 90008/2026**, realizado em **17 de junho de 2026**, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º **41391/2026**, parte integrante do presente Contrato, regendo-o, no que for omissivo.

3 - DO OBJETO

3.1 - O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e apoio à manutenção predial, com fornecimento integral de materiais, equipamentos e insumos, a serem executados nas dependências internas e externas das 28 (vinte e oito) Inspetorias Regionais localizadas no Estado de Goiás, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no **Termo de Referência** e seus anexos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Grupo único - Inspetorias Crea-GO (28 localidades em Goiás) - Serviços com fornecimento incluído								
Item	Especificação	Postos de Trabalho	Jornada	Quantidade de Postos	Periodicidade de Faturamento	Valor estimado (R\$)		
						Mensal unitário (por posto)	Mensal do Grupo (28 postos)	Anual do Grupo (12 meses)
1	Serviços contínuos de limpeza e conservação em periodicidades diária, semanal, quinzenal e mensal, restritos aos espaços internos e externos das Inspetorias, com fornecimento integral de materiais, insumos, uniformes, EPIs e equipamentos leves compatíveis com a execução dos serviços.	Auxiliar de Limpeza	20 horas semanais	28	Mensal			
2	Materiais, insumos, uniformes, EPIs e equipamentos	-----						
Valor total anual estimado do grupo único (R\$):								

3.2 - O valor total da contratação é de **R\$** (.....), conforme proposta vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90008/2026, observado o detalhamento constante da Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

3.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.3.1 - O Termo de Referência;

3.3.2 - Todo o teor do Processo Administrativo da Contratante de n.º 41391/2026;

3.3.3 - O Edital da Licitação;

3.3.4 - A Proposta da Contratada;

3.3.5 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que observadas a vantajosidade da prorrogação e a existência de crédito orçamentário para sua continuidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 - A execução dos serviços será realizada de forma contínua, ininterrupta e com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo atividades de limpeza, conservação, copeiragem, apoio à manutenção predial e serviços auxiliares, mediante alocação fixa de profissionais em postos de trabalho, com jornada previamente definida para cada unidade.

5.2 - Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, com capacidade técnica e operacional para assegurar a execução simultânea e eficaz nas unidades físicas abrangidas pelo **grupo único**, quais sejam: (i) a sede administrativa do Crea-GO; (ii) o estacionamento; e (iii) a Casa de Engenharia, em Goiânia-GO, respeitadas as características físicas, operacionais e institucionais do Conselho.

5.3 - As atividades executadas englobarão rotinas operacionais classificadas por periodicidade (diária, semanal, quinzenal e mensal), de acordo com o tipo de serviço, ambiente atendido e parâmetros técnicos exigidos, sem prejuízo das demandas extraordinárias eventualmente solicitadas pela Administração.

5.4 - Os postos de trabalho foram dimensionados com base em estudo técnico de carga horária e na necessidade de cobertura integral das tarefas previstas, vedada a redução de efetivo sem autorização expressa da Contratante. A ausência de qualquer empregado deverá ser suprida de imediato por substituto devidamente habilitado, sem ônus adicional para a Administração.

5.5 - Antes do início da execução, a Contratada deverá apresentar plano de trabalho detalhado contendo a descrição das rotinas operacionais, o dimensionamento dos recursos humanos e materiais, a sistemática de controle de qualidade, a estrutura de supervisão e o cronograma técnico de execução.

5.6 - A execução deverá iniciar-se no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do Contrato e da emissão da ordem de início, prazo em que a Contratada deverá concluir a mobilização integral de pessoal, materiais e equipamentos.

5.7 - A Contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais de limpeza, utensílios, equipamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), devidamente registrados nos órgãos competentes e compatíveis com a natureza da atividade, sendo vedado o uso de produtos nocivos ao meio ambiente, à saúde ou ao patrimônio da Contratante.

5.8 - A apresentação dos empregados deverá ser compatível com o ambiente institucional, exigindo-se uniforme padronizado, crachá de identificação e padrão mínimo de asseio, higiene e conduta, em conformidade com as especificações contratuais e com o **Termo de Referência**.

5.9 - A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas da ABNT aplicáveis, a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, de segurança e medicina do trabalho, bem como as determinações expedidas pela Contratante.

5.10 - Os serviços serão fiscalizados por agente designado, a quem caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a frequência dos empregados, a regularidade da execução e a conformidade dos insumos e equipamentos, sem prejuízo da atuação do gestor do Contrato.

5.11 - A transição entre a empresa cessante e a nova Contratada deverá ocorrer de forma gradual, estruturada e cooperativa, sem descontinuidade, assegurando continuidade do serviço público essencial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.12 - Os serviços deverão ser prestados de forma a garantir padrão contínuo de qualidade, respeitando os princípios da eficiência, economicidade, salubridade, acessibilidade e continuidade, cabendo à Contratada a plena responsabilidade pela adequada condução técnica e administrativa dos trabalhos.

5.13 - A Contratada deverá observar, para o **grupo único**, os locais, áreas (m²), jornadas e quantitativos de postos constantes da Cláusula 3 deste Contrato e do **Termo de Referência**.

5.14 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na licitação, cuja comprovação poderá ser solicitada a qualquer tempo pela Contratante.

5.15 - Como condição prévia ao pagamento de cada nota fiscal ou fatura, a Contratada deverá comprovar a regularidade mediante apresentação, no mínimo, dos seguintes documentos atualizados:

5.15.1 - Certidão Negativa de Débitos de Créditos Tributários Federais e de Dívida Ativa da União (CND);

5.15.2 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

5.15.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

5.15.4 - E, quando aplicável, certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal.

6 - DA CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, SUBCONTRATAÇÃO E FUSÃO OU CISÃO

6.1 - É **vedada** à Contratada a **cessão ou transferência**, total ou parcial, a qualquer título, **dos direitos e obrigações decorrentes deste** Contrato, salvo mediante autorização prévia e expressa da Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - É igualmente **vedada a subcontratação total** do objeto contratual.

6.2.1 - A subcontratação parcial poderá ser admitida, desde que: (i) previamente autorizada, por escrito, pela Contratante; (ii) tecnicamente justificada; (iii) limitada a até 30% (trinta por cento) dos serviços auxiliares definidos como de apoio logístico ou operacional não relacionados à atividade-fim; (iv) formalizada mediante termo específico no processo, com identificação da empresa subcontratada, objeto da subcontratação, valor, e prazo.

6.2.2 - É expressamente vedada a subcontratação de atividades que envolvam alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, supervisão direta da Contratada ou execução de serviços essenciais ao objeto principal do Contrato, nos termos do §1º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3 - A subcontratada deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições: (i) comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária; (ii) não ter sido declarada inidônea ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública; (iii) apresentar certidões negativas de débitos junto ao Crea-GO, quando exigível.

6.2.4 - A Contratada e eventual empresa subcontratada responderão solidariamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes dos serviços subcontratados, nos termos do art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e do § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo a Administração Pública demandar qualquer uma delas, em conjunto ou separadamente, pelas obrigações inadimplidas. A Contratada permanecerá responsável perante a Contratante pela execução integral do objeto, respondendo por danos, prejuízos ou inadimplementos de natureza previdenciária, civil, comercial e tributária decorrentes da atuação da subcontratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.3 - A ocorrência de cessão, transferência ou subcontratação em desacordo com as disposições desta cláusula ensejará a imediata rescisão contratual por inexecução parcial ou total, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

6.4 - A fusão, cisão, incorporação ou associação da Contratada com terceiros deverá ser formalmente comunicada à Contratante, que deliberará, de forma motivada, sobre a manutenção da contratação, observando-se, para tanto: (i) a observância pela nova pessoa jurídica a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; (ii) a manutenção das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original; (iii) a inexistência de qualquer prejuízo à execução do objeto pactuado.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total da contratação, na forma da proposta vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90008/2026, é de **R\$** (.....), já incluídas todas despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, seguros, taxa de administração, materiais, mão de obra e quaisquer outros encargos incidentes, não cabendo à Contratante qualquer pagamento adicional sob qualquer pretexto.

7.2 - A medição dos serviços será mensal, com base no efetivo cumprimento das obrigações contratuais, considerando: (i) assiduidade e pontualidade dos profissionais; (ii) qualidade técnica dos serviços executados; (iii) fornecimento adequado de insumos; (iv) atendimento integral aos padrões exigidos no Termo de Referência e demais documentos do processo.

7.3 - A fiscalização da medição caberá ao agente designado como fiscal do Contrato, mediante: registros de frequência, relatórios circunstanciados, verificações in loco, registros fotográficos, evidências documentais e outros instrumentos previstos no plano de fiscalização.

7.4 - A Administração poderá adotar, conforme a criticidade do posto, histórico contratual ou sensibilidade da atividade, fiscalização documental, amostral ou presencial.

7.5 - O atesto da Nota Fiscal dependerá da verificação global do cumprimento contratual no período, não se limitando à presença dos empregados, mas abrangendo também qualidade, fornecimento de materiais e obediência às determinações da Contratante.

7.6 - Como condição prévia ao pagamento, a Contratada deverá apresentar: (i) Nota Fiscal discriminada, em conformidade com a proposta aceita; (ii) Relatório de execução dos serviços; (iii) Documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista, incluindo:

7.6.1 - Certidão Negativa de Débitos de Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

7.6.2 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.6.3 - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

7.6.4 - Comprovantes de pagamento de salários dos empregados vinculados ao Contrato, mediante depósito bancário em conta individual.

7.6.5 - Comprovantes de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias incidentes sobre a execução contratual, quando exigíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.6.6 - Folha analítica de pagamento, folhas de ponto ou controles equivalentes, contracheques e demais documentos necessários à aferição do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciais e tributárias e contratuais relacionadas à execução do objeto.

7.7 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após recebimento da Nota Fiscal atestada, mediante crédito em conta-corrente indicada pela Contratada. Considera-se como data de pagamento a emissão da ordem bancária.

7.8 - Em caso de erro, omissão ou irregularidade na documentação, o prazo de pagamento ficará suspenso, reiniciando-se somente após a reapresentação regular.

7.9 - Se houver cobrança indevida posteriormente identificada, o valor será glosado na fatura seguinte, assegurado o contraditório.

7.10 - É vedado pagamento antecipado, total ou parcial, por não se tratar de hipótese excepcional prevista no art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.11 - O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

7.12 - Caso o pagamento não ocorra no prazo estipulado, desde que não haja culpa da Contratada, incidirão encargos moratórios limitados a 6% (seis por cento) ao ano, calculados de forma simples, pela fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

I = 0,00016438;

N = número de dias de atraso;

VP = valor devido.

7.13 - A Contratante poderá reter, suspender ou glosar valores quando constatado descumprimento contratual, inadimplemento trabalhista, ausência de insumos, falta injustificada de empregados ou inexecução parcial dos serviços, devidamente registrados em relatório fiscal.

7.14 - Serão aplicadas retenções tributárias previstas na legislação, ressalvadas as hipóteses de empresas enquadradas no Simples Nacional, mediante comprovação, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

7.15 - Nenhum pagamento será realizado enquanto houver: (i) pendência de regularização contratual; (ii) execução deficiente dos serviços; (iii) documentação fiscal em desconformidade; (iv) inadimplência da Contratada com suas obrigações legais.

7.16 - A Contratante não responderá por despesas não previstas no Contrato ou não autorizadas.

7.17 - O pagamento dos salários dos empregados da Contratada deverá ser feito exclusivamente por depósito bancário em conta individual, em instituições localizadas na região da prestação dos serviços.

7.18 - A Contratada é responsável pelo pagamento pontual dos salários e encargos, mesmo em caso de atraso no pagamento das faturas pelo Crea-GO.

7.19 - Constatado inadimplemento trabalhista ou previdenciário, a Administração poderá, sucessivamente: (i) efetuar diretamente os pagamentos aos empregados e recolhimentos devidos, deduzindo da fatura; (ii)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

depositar valores na Justiça do Trabalho, quando não possível pagamento direto; (iii) reter cautelarmente o valor de 1 (um) mês de serviço, em caso de rescisão contratual, até a comprovação das verbas rescisórias.

7.20 - Poderá ser admitida compensação de jornada de trabalho dos empregados vinculados à execução do Contrato, desde que:

7.20.1 - Seja compatível com a natureza dos serviços;

7.20.2 - Decorra de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, ou de necessidade eventual de caráter pessoal do trabalhador, nas hipóteses em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto;

7.20.3 - Esteja prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou, quando admitido pela legislação, em acordo individual escrito;

7.20.4 - Não implique supressão de direitos, redução indevida da remuneração ou extrapolação dos limites legais de jornada, sendo vedada a utilização da compensação como mecanismo de afronta às normas de saúde e segurança do trabalho, em conformidade com o Decreto nº 12.174/2024 e com a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024.

8 - DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

8.1 - Considerando que o objeto contratual envolve a execução de serviços continuados com alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato observará, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a repactuação para os custos decorrentes da mão de obra e o reajuste em sentido estrito para os custos decorrentes dos insumos, materiais, equipamentos e demais componentes não vinculados diretamente à mão de obra, observados os critérios e marcos temporais previstos nesta cláusula. A repactuação, nas contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, depende de solicitação da Contratada, demonstração analítica da variação dos custos e observância do interregno mínimo anual.

8.1.1 - A repactuação relativa aos custos de mão de obra terá por fundamento a superveniência de acordo, convenção coletiva, dissídio coletivo de trabalho ou instrumento equivalente que produza efeitos econômicos sobre os custos da categoria profissional vinculada à execução contratual.

8.1.2 - O reajuste em sentido estrito incidirá exclusivamente sobre os custos de insumos, materiais, equipamentos e demais componentes não vinculados diretamente à mão de obra, mediante aplicação do índice previsto nesta cláusula, observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses** contado da data limite para apresentação da proposta.

8.2 - A solicitação de repactuação deverá ser instruída com, no mínimo: (i) cópia do instrumento coletivo vigente que fundamenta o pedido, quando se tratar de variação de custos de mão de obra; (ii) Planilha de Custos e Formação de Preços atualizada e detalhada; (iii) memória de cálculo demonstrando analiticamente o impacto contratual da variação pleiteada; e (iv) documentação complementar necessária à verificação da efetiva repercussão econômica dos custos no Contrato.

8.2.1 - Quando a repactuação disser respeito à variação de custos decorrentes do mercado, a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Contratada deverá demonstrar analiticamente o aumento dos custos, mediante nova planilha e elementos idôneos de comprovação, considerados, entre outros, preços praticados no mercado, particularidades do Contrato, valores oficiais de referência, indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, tarifas públicas ou outros elementos equivalentes.

8.3 - A Contratante não estará vinculada, de forma automática, às disposições constantes de acordos, convenções ou sentenças normativas que extrapolem a legislação vigente ou que tratem de matéria não trabalhista, especialmente quando se referirem a: (i) participação nos lucros e resultados; (ii) encargos sociais ou previdenciários fixados em percentuais mínimos ou obrigatórios sem amparo legal; (iii) preços de insumos relacionados ao exercício da atividade; ou (iv) obrigações e direitos que somente se apliquem a Contratos com a Administração Pública sem respaldo legal.

8.4 - Para fins de repactuação, serão considerados os instrumentos coletivos de trabalho firmados pela entidade sindical que, à época da solicitação, detenha legitimidade para representar a categoria profissional abrangida pelo objeto contratual, conforme a base territorial de execução. No caso específico deste Contrato, será considerada, enquanto vigente e aplicável, a convenção coletiva firmada pelo Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás – SEACONS, ou por entidade sindical que venha a sucedê-lo legitimamente.

8.4.1 - Caso a execução contratual venha a envolver mais de uma categoria profissional com datases distintas, a repactuação deverá ser processada em parcelas autônomas, em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos aplicáveis às categorias envolvidas.

8.5 - A primeira repactuação poderá ser requerida após o decurso do interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado: (i) da data do acordo, convenção coletiva, dissídio coletivo de trabalho ou instrumento equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação disser respeito aos custos de mão de obra; ou (ii) da data limite para apresentação da proposta, quando a variação disser respeito aos custos decorrentes do mercado. As repactuações subsequentes observarão o interregno de **12 (doze) meses** contado da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação relativa à mesma parcela de custo.

8.5.1 - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ocorrer em momentos distintos para tratar da variação dos custos de mão de obra e da variação dos custos decorrentes do mercado.

8.6 - A ausência de solicitação de repactuação até a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou até o encerramento da vigência contratual implicará preclusão do direito quanto às parcelas não requeridas, mantendo-se as condições econômicas então vigentes para a prorrogação ou encerramento do ajuste.

8.7 - Os custos relacionados a materiais, equipamentos, insumos e itens não vinculados diretamente à mão de obra serão reajustados anualmente com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo IBGE, observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses** contado da data limite para apresentação da proposta, por se tratar de índice oficial apto a refletir, na falta de índice setorial mais aderente, a variação dos custos de mercado.

8.8 - O reajuste em sentido estrito e a repactuação de preços previstos no próprio Contrato serão formalizados, em regra, por apostilamento, sem prejuízo da utilização de termo aditivo quando a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

complexidade da alteração, a necessidade de consolidação formal das condições econômicas ou a conveniência administrativa assim recomendarem.

8.9 - Caso o índice adotado venha a ser extinto, descontinuado ou considerado inaplicável, será utilizado o índice oficial que venha a substituí-lo. Na ausência de substituição legal expressa, será adotado outro índice oficial que guarde a maior correlação possível com os custos de mercado dos insumos e materiais abrangidos, mediante justificativa técnica nos autos.

8.10 - O cálculo do reajuste em sentido estrito será feito pela seguinte fórmula:

$$R = V \times (I - I_0) / I_0,$$

Em que:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual da parcela a ser reajustada;

I₀ = índice do mês da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste concedido para a mesma parcela;

I = índice do mês do reajuste.

8.11 - Em caso de variação negativa do índice, a Contratante promoverá a correspondente redução proporcional dos valores dos insumos, materiais e demais parcelas sujeitas a reajuste em sentido estrito, mediante apostilamento, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

8.12 - A decisão sobre o pedido de repactuação deverá ser proferida pela Contratante no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contado da data em que o requerimento estiver correta e completamente instruído com a documentação exigida nesta cláusula.

8.13 - O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não atender às exigências documentais ou de esclarecimento formuladas pela Contratante.

8.14 - Os efeitos financeiros das revisões de preços limitar-se-ão exclusivamente às parcelas atingidas pela variação efetivamente comprovada, observados os respectivos marcos temporais de incidência, sem extensão automática a componentes de custo não afetados pela alteração reconhecida.

8.15 - Na hipótese de prorrogação contratual, deverão ser reduzidos ou eliminados, como condição para a renovação, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do período anterior de vigência, quando identificados na planilha de custos e formação de preços da contratação.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Proporcionar as condições e facilidades necessárias à perfeita execução dos serviços, assegurando à Contratada o acesso regular aos locais de trabalho abrangidos pelo objeto, durante os períodos necessários à execução contratual, mediante identificação formal dos empregados e observância das normas internas de segurança, controle de acesso e conduta, vedado o ingresso em áreas estranhas à execução dos serviços sem autorização expressa da Contratante.

9.2 - Designar formalmente gestor e fiscal do Contrato, com competência para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como registrar



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

as ocorrências relevantes, adotar as providências cabíveis e manter comunicação permanente com o preposto da Contratada.

9.3 - Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, com base nas cláusulas do Contrato, neste Termo de Referência e nos termos da proposta vencedora, comunicando por escrito quaisquer falhas, vícios ou irregularidades identificadas na execução dos serviços e fixando prazo compatível para sua correção, sem prejuízo da adoção das demais medidas contratuais cabíveis.

9.4 - Prestar à Contratada, por intermédio de seus representantes, todas as informações e esclarecimentos necessários ao perfeito desempenho das obrigações contratuais, inclusive convocando reuniões de alinhamento técnico e operacional, sempre que necessário.

9.5 - Atestar a Nota Fiscal ou o documento de cobrança apresentado pela Contratada, no prazo compatível com o procedimento de liquidação previsto neste Termo de Referência, desde que constatadas a regularidade da execução e a observância das exigências contratuais, devolvendo-o, se for o caso, para correções ou esclarecimentos devidamente fundamentados.

9.6 - Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato, desde que satisfeitas as exigências legais e contratuais pertinentes, observada a regular liquidação da despesa e a disponibilidade orçamentária aferida pela Área de Contabilidade.

9.7 - Exigir, a qualquer tempo, a substituição de empregado ou preposto da Contratada cuja atuação seja considerada inadequada à execução contratual, prejudicial ao interesse público, incompatível com as normas internas do Crea-GO ou tecnicamente insatisfatória para o desempenho das atividades contratadas.

9.8 - Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da Contratada durante toda a execução contratual, podendo requisitar, para fins de conferência, a apresentação dos documentos comprobatórios pertinentes.

9.9 - Comunicar tempestivamente à Contratada, por escrito ou por meio eletrônico com comprovação de recebimento, as ocorrências que exijam correção, substituição, regularização, complementação de insumos, reposição de empregados, ajuste de conduta operacional ou saneamento de falhas na execução.

9.10 - Aplicar, quando cabível, as glosas, retenções, advertências, sanções administrativas e demais medidas legais e contratuais previstas, observados o contraditório e a ampla defesa.

9.11 - Disponibilizar à Contratada, quando necessário à execução do objeto, informações institucionais indispensáveis ao acesso às unidades, à identificação dos locais de prestação dos serviços, aos horários de funcionamento e às rotinas operacionais que interfiram diretamente na execução contratual.

9.12 - Receber, analisar e deliberar sobre as comunicações, requerimentos, justificativas e documentos apresentados pela Contratada no curso da execução contratual, adotando as providências de sua competência em prazo compatível com a natureza da demanda.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Executar os serviços contratados em conformidade com as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação de empregados capacitados em número suficiente para o pleno atendimento ao objeto, assegurando a qualidade, a continuidade e a regularidade das atividades.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos legais decorrentes da execução contratual, inclusive despesas com salários, transporte, alimentação, férias, licenças, benefícios, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, uniformes e encargos sociais, sem qualquer vínculo empregatício com o Crea-GO, nos termos da legislação aplicável.

10.3 - Manter, durante toda a vigência do Contrato, o quantitativo de pessoal necessário à execução dos serviços, promovendo imediatamente a substituição de empregados ausentes, afastados ou desligados, sem qualquer custo adicional para a Contratante, inclusive mediante utilização de reserva técnica compatível com a execução contratual.

10.3.1 - A Contratada deverá organizar a gestão da mão de obra vinculada à execução contratual de modo a assegurar aos trabalhadores previsibilidade quanto à época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e ao convívio familiar com as necessidades do serviço, sem prejuízo da continuidade e da regularidade da execução contratual.

10.4 - Responder por quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos, subcontratadas autorizadas ou representantes, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais cabíveis.

10.5 - Cumprir integralmente as normas técnicas, sanitárias, ambientais, trabalhistas e de segurança e saúde no trabalho aplicáveis à execução contratual, incluindo as Normas Regulamentadoras pertinentes e as orientações dos fabricantes dos produtos e equipamentos empregados na prestação dos serviços.

10.5.1 - A Contratada deverá cumprir integralmente as normas de proteção ao trabalho, inclusive as relativas à segurança e à saúde no trabalho, responsabilizando-se pela adoção de todas as medidas preventivas, corretivas e de controle necessárias à preservação da integridade física e mental de seus empregados, prepostos e eventuais subcontratados autorizados vinculados à execução contratual, em conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e com as Normas Regulamentadoras aplicáveis.

10.5.2 - A Contratada obriga-se a não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida, trabalho forçado ou quaisquer outras situações análogas às de escravo, durante toda a execução contratual, inclusive por intermédio de prepostos e de eventual subcontratada autorizada.

10.5.3 - A Contratada obriga-se a não utilizar trabalho realizado por menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, observada a legislação aplicável.

10.5.4 - A Contratada obriga-se a não submeter menor de 18 (dezoito) anos de idade à realização de trabalho noturno, perigoso, insalubre ou a atividades incluídas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, nos termos da legislação vigente.

10.5.5 - O descumprimento das obrigações previstas nos itens anteriores configurará falta grave



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como da aplicação das sanções previstas neste Contrato e na legislação pertinente.

10.6 - Facilitar o acesso da fiscalização contratual às instalações e aos documentos relacionados à execução dos serviços, apresentando, sempre que solicitado, folha de ponto, controle de jornada, comprovantes de pagamento, registros de treinamento, comprovantes de fornecimento de uniformes, EPIs e benefícios, bem como outros documentos pertinentes à fiscalização do Contrato.

10.7 - Designar e manter preposto com poderes para representá-la junto ao Crea-GO durante toda a vigência do Contrato, inclusive para atendimento a notificações, diligências e solução de problemas operacionais, devendo comunicar formalmente qualquer ocorrência relevante no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**.

10.8 - Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer empregado cuja conduta, desempenho, habilitação, apresentação ou comportamento funcional seja considerado incompatível com as exigências da execução contratual ou com as normas internas do Crea-GO, observadas as garantias legais aplicáveis.

10.9 - Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em razão do Contrato e instruir seus empregados, prepostos e eventuais subcontratadas autorizadas quanto à proibição de utilizar bens, serviços, informações, documentos, sistemas ou instalações da Contratante para fins alheios à execução contratual.

10.9.1 - A Contratada deverá adotar medidas destinadas à prevenção, recepção e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio moral, sexual ou de qualquer outra natureza no ambiente de trabalho relacionado à execução contratual.

10.9.2 - A Contratada deverá dar ciência formal a seus empregados e prepostos acerca da vedação a práticas discriminatórias, violentas ou assediadoras, bem como dos meios disponíveis para comunicação de ocorrências.

10.9.3 - Verificada ocorrência de discriminação, violência ou assédio no contexto da execução contratual, a Contratada deverá adotar, com a maior brevidade possível, as providências necessárias à cessação da conduta, à apuração interna dos fatos e à proteção da pessoa afetada, sem prejuízo da comunicação à Contratante quando a situação repercutir na execução do contrato ou no ambiente institucional.

10.9.4 - A omissão da Contratada quanto à adoção de providências adequadas para recepção e tratamento das denúncias poderá caracterizar descumprimento contratual, sujeitando-a às medidas administrativas e sancionatórias cabíveis.

10.10 - Assegurar continuidade dos serviços durante toda a vigência do Contrato e, na hipótese de substituição contratual, prestar informações e suporte operacional necessários à transição, evitando a descontinuidade na prestação dos serviços.

10.11 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a execução contratual, sob pena de aplicação das medidas e penalidades cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.12 - A Contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente à Nota Fiscal, os documentos comprobatórios de regularidade e de cumprimento das obrigações contratuais e trabalhistas relacionadas à execução do objeto:

10.12.1 - Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, compreendendo os Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

10.12.2 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

10.12.3 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.12.4 - Certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, quando exigíveis.

10.12.5 - Comprovantes de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias relativas aos empregados vinculados à execução do Contrato, quando exigíveis.

10.12.6 - Folha analítica de pagamento, contracheques com comprovante de depósito bancário, controles de jornada e demais documentos aptos a demonstrar o adimplemento das obrigações salariais.

10.12.7 - Comprovantes de fornecimento ou pagamento de benefícios legais e convencionais, tais como vale-transporte, auxílio-alimentação e outros que incidam sobre a execução contratual.

10.12.8 - Relatório mensal contendo nome, função, posto de trabalho, unidade de lotação e jornada dos empregados vinculados à execução contratual no período.

10.12.9 - Comprovantes de fornecimento de uniformes e EPIs, quando cabíveis no período de referência.

10.12.10 - Outros documentos solicitados pela Contratante que sejam necessários à comprovação da regularidade da execução contratual e do cumprimento das obrigações legais e trabalhistas relacionadas ao objeto.

10.13 - A Contratada deverá apresentar:

10.13.1 - Até **1 (um) dia útil** antes do início da execução: lista nominal dos empregados vinculados ao Contrato, com nome completo, função, número de documento de identidade, CPF, unidade de lotação e jornada de trabalho.

10.13.2 - Até **15 (quinze) dias corridos** após o início da execução ou após novas admissões: cópias dos documentos admissionais legalmente exigíveis, inclusive os relativos ao registro do empregado e aos exames admissionais, resguardada a observância da legislação de proteção de dados pessoais.

10.13.3 - Até **15 (quinze) dias corridos** após a rescisão do Contrato de trabalho de empregado vinculado à execução ou após o encerramento contratual: documentos rescisórios pertinentes, comprovantes de recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias devidas, bem como demais documentos necessários à comprovação da quitação das verbas correspondentes, resguardada a observância da legislação de proteção de dados pessoais.

10.14 - Em caso de autorizada a subcontratação, deverá a Contratada apresentar instrumento de subcontratação e a documentação fiscal correspondente, sem prejuízo da comprovação da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica da subcontratada, nos termos deste Termo de Referência.

10.15 - A Contratada obriga-se, ainda, a:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.15.1 - Manter atualizados os documentos exigidos para habilitação e execução contratual.

10.15.2 - Garantir capacitação, treinamento, fornecimento de uniformes, EPIs e crachás aos empregados vinculados à execução do Contrato.

10.15.3 - Designar estrutura mínima de supervisão compatível à execução do objeto, para controle, acompanhamento e orientação da equipe, sem transferência dessa responsabilidade à Contratante.

10.15.4 - Substituir imediatamente empregados ausentes, em férias, licença, afastamento ou desligamento, sem prejuízo da continuidade da execução e sem custo adicional para a Contratante.

10.15.5 - Gerenciar integralmente sua equipe, inclusive quanto à distribuição de tarefas, remanejamentos, substituições, comunicações operacionais internas, supervisão, disciplina e acompanhamento da execução, sem repasse dessa gestão à Contratante.

10.15.6 - Atender às normas de saúde, higiene, segurança do trabalho e sustentabilidade ambiental aplicáveis.

10.15.7 - Manter sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas na execução do Contrato.

10.15.8 - Fornecer todos os materiais, insumos, utensílios, uniformes, EPIs e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, em quantidade suficiente e em padrão compatível com as exigências deste Termo de Referência.

10.15.9 - Repor, de forma imediata e sem ônus adicional para a Contratante, materiais, insumos, utensílios, uniformes, EPIs ou equipamentos que sejam insuficientes, inadequados, defeituosos ou incompatíveis com a execução contratual.

10.15.10 - Zelar pela disciplina, urbanidade, asseio pessoal e adequada apresentação de seus empregados durante a execução dos serviços.

10.16 - A inadimplência da Contratada não transfere automaticamente à Contratante qualquer responsabilidade quanto a encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal ou comercial, sem prejuízo das medidas legais e contratuais cabíveis para resguardar a execução do objeto e a satisfação de obrigações inadimplidas.

10.17 - A Contratada é responsável por:

10.17.1 - Cumprir normas relativas à prevenção de acidentes de trabalho, saúde ocupacional e segurança no ambiente de execução dos serviços.

10.17.2 - Encargos decorrentes de demanda administrativa, arbitral ou judicial de qualquer natureza relacionada ao Contrato ou à execução dos serviços.

10.17.3 - Prejuízos causados à Contratante ou a terceiros por ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados, prepostos, representantes ou subcontratadas autorizadas.

10.17.4 - Apresentar, quando solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações legais, contratuais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, fundiárias, ambientais e de segurança do trabalho relacionadas à execução do objeto.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1 - Esta contratação observará integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com fundamento nos princípios e finalidades previstas em seus arts. 6º, 7º e 11, quanto à necessidade, adequação, minimização e finalidade do tratamento de dados pessoais.

11.1.1 - A Contratante atuará, em regra, como **Controladora** dos dados pessoais, e a Contratada como **Operadora**, observando-se as bases legais aplicáveis à execução do Contrato.

11.2 - A Contratada deverá realizar o tratamento de dados pessoais única e exclusivamente para os fins previstos neste instrumento, limitando-se às finalidades indispensáveis à execução do objeto contratual. Qualquer tratamento de dados fora dessas hipóteses será considerado irregular e sujeitará a Contratada às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

11.3 - É vedado à Contratada compartilhar, ceder, divulgar ou transferir, a qualquer título, os dados pessoais tratados em decorrência da execução do Contrato, salvo nos casos legalmente autorizados, como: cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direito, determinação judicial ou requisição formal da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), nos termos do art. 7º, incisos II, VI e art. 11, II, “a” da LGPD.

11.4 - A Contratada deverá formalmente cientificar seus empregados e prepostos das obrigações previstas nesta cláusula, bem como assegurar que se comprometam a respeitar a Política de Privacidade e procedimentos de segurança da Contratante, incluindo instrumentos normativos internos aplicáveis.

11.5 - As partes deverão cooperar de forma mútua e tempestiva para assegurar o cumprimento dos direitos dos titulares de dados pessoais, nos termos dos arts. 17 a 22 da LGPD, bem como para atender determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD ou demais órgãos de controle e fiscalização.

11.6 - A Contratante poderá ter acesso aos dados pessoais de representantes legais, responsáveis técnicos ou outros agentes vinculados à Contratada, tais como: nome completo, CPF, RG, endereço eletrônico, endereço residencial e demais informações estritamente necessárias à execução contratual, devidamente justificados com base no princípio da finalidade.

11.7 - A Contratada declara que possui conhecimento integral da LGPD e compromete-se a adotar todas as medidas técnicas e organizacionais adequadas à proteção dos dados pessoais, promovendo a conformidade de seus sistemas, processos e condutas ao regramento legal e regulatório vigente.

11.8 - Em caso de incidente de segurança que envolva dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato – compreendidos como qualquer evento de acesso não autorizado, destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito –, a parte afetada deverá comunicar formalmente à outra parte no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da ciência do evento, observando o art. 48 da LGPD e suas regulamentações complementares.

11.8.1 - Nesses casos, a Contratada deverá fornecer tempestivamente todas informações necessárias para a avaliação de risco, mitigação de danos e, quando aplicável, para eventual comunicação à ANPD e aos titulares pela Contratante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.9 - A Contratada deverá manter registros das operações de tratamento de dados pessoais realizadas no contexto da presente contratação e promover o descarte seguro e irreversível desses dados, tão logo cesse a necessidade legal ou contratual que justifique sua guarda, conforme o art. 15 da LGPD.

11.10 - A subcontratação de atividades que envolvam tratamento de dados pessoais (suboperadores) depende de autorização prévia e expressa da Contratante, devendo a Contratada assegurar que os subcontratados cumpram as mesmas obrigações de proteção de dados aqui estabelecidas.

11.11 - Para verificação do cumprimento desta cláusula, a Contratada permitirá auditorias razoáveis, documentais ou in loco, previamente agendadas, realizadas pela Contratante ou por auditor por ela indicado, restritas ao escopo de proteção de dados pessoais e às informações estritamente necessárias.

12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, **será exigida** da licitante vencedora a prestação de **garantia contratual** no valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor total do Contrato, em qualquer das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da mesma lei. A exigência visa assegurar a fiel execução do Contrato, mitigar riscos operacionais e proteger a Administração contra prejuízos decorrentes de inadimplemento, atrasos, vícios ou danos causados à contratante ou a terceiros.

12.2 - A garantia de execução contratual deverá ser apresentada como condição para a assinatura do Contrato, observadas as seguintes disposições:

12.2.1 - A garantia poderá ser prestada, a critério da Contratada, mediante uma das modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, observado o valor de mercado e a regulamentação específica expedida pelo Governo Federal;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária, contendo, obrigatoriamente, cláusula de renúncia aos benefícios previstos no art. 827 do Código Civil, em especial à ordem de nomeação de bens.

12.2.2 - Em qualquer das modalidades adotadas, a garantia deverá conter cobertura expressa para verbas rescisórias trabalhistas, na forma do §3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 - A garantia deverá ser apresentada em até **5 (cinco) dias úteis** contados da convocação para assinatura do Contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

12.2.4 - A Contratante poderá utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução contratual, reparar danos causados pela Contratada ou satisfazer obrigações inadimplidas, inclusive de natureza trabalhista, previamente notificada a Contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.5 - Ocorrendo uso parcial ou total da garantia pela Contratante, a Contratada deverá recompor o valor original em até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação correspondente.

12.2.6 - A garantia será mantida durante toda a vigência do Contrato, inclusive em eventuais prorrogações, e somente será liberada ou restituída após o decurso do prazo de **90 (noventa) dias corridos**, contados do recebimento definitivo do objeto, desde que inexistam pendências de qualquer natureza, inclusive trabalhistas, ou responsabilizações em andamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

12.2.7 - No caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da Contratada, o valor da garantia, integral ou remanescente, reverter-se-á em favor da Contratante, sem prejuízo da apuração de perdas e danos eventualmente verificadas.

13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- 13.1.1** - Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- 13.1.2** - Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3** - Der causa à inexecução total do Contrato;
- 13.1.4** - Ensejar retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- 13.1.5** - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- 13.1.6** - Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- 13.1.7** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.8** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, quando houver descumprimento de pequena relevância ou quando der causa à infração prevista no subitem 13.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nas hipóteses previstas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.4 - Multa:

- a)** Moratória de **0,5%** (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias úteis**;
- b)** Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 13.1.5 a 13.1.8, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c)** Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.3, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- d)** Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.2, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- e)** Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.1, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5 - Se a multa aplicada e indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6 - A multa poderá ser recolhida administrativamente antes do encaminhamento à cobrança judicial, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.8.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2 - As peculiaridades do caso concreto;

13.8.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.8.4 - Os danos que dela provierem para a Contratante;

13.8.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9 - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.10 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 - A Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

13.13 - Os débitos da Contratada à Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pela referida Administração à Contratada, decorrentes deste ou de outros Contratos administrativos firmados entre as partes, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O Contrato será extinto quando atingido o termo final de sua vigência, salvo se houver prorrogação formalmente autorizada, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, não se eximindo, nessa hipótese, o cumprimento das obrigações contratuais remanescentes ou pendentes.

14.2 - O Contrato poderá ser extinto antes do término de sua vigência nas hipóteses previstas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante decisão devidamente motivada e formalmente adotada pela autoridade competente, assegurados, quando cabíveis, o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1 - Constituem hipóteses de extinção antecipada do Contrato, entre outras: (i) inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada; (ii) atraso injustificado no início da execução contratual ou paralisação indevida dos serviços; (iii) razões de interesse público, devidamente justificadas; (iv) perda das condições de habilitação ou qualificação exigidas para a contratação, quando inviabilizada a continuidade do ajuste; (v) caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da Administração que impeça a continuidade da execução, na forma da lei; e (vi) indisponibilidade de créditos orçamentários suficientes para a continuidade da contratação, quando aplicável.

14.2.2 - A extinção contratual também poderá decorrer de pedido da Contratada, desde que formalmente apresentado e juridicamente cabível, hipótese em que sua análise ficará condicionada à demonstração dos fundamentos do pedido, à inexistência de prejuízo indevido à continuidade do serviço e à deliberação motivada da Contratante, na forma da legislação aplicável.

14.3 - Em quaisquer das hipóteses acima, a extinção contratual será formalizada por termo próprio e produzirá efeitos na data nele definida, respeitado prazo razoável para planejamento da transição contratual e preservação da continuidade dos serviços.

14.4 - Se, ao término da vigência contratual, remanescerem obrigações materiais indispensáveis à conclusão regular da execução do objeto ou à transição contratual sem descontinuidade dos serviços, a vigência poderá ser prorrogada, em caráter excepcional e pelo tempo estritamente necessário, mediante formalização fundamentada, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5 - Caso a não conclusão do objeto ou a descontinuidade dos serviços decorra de inadimplemento imputável à Contratada: (i) esta ficará sujeita às sanções cabíveis, observados os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021; (ii) a Contratante poderá promover a extinção do Contrato e adotar as medidas administrativas e legais necessárias à continuidade da prestação dos serviços, inclusive contratação emergencial, quando configurados os pressupostos legais.

14.6 - A extinção contratual será formalizada por termo específico, devidamente motivado, instruído com documentos comprobatórios, registros administrativos e atos subsequentes necessários, para: (i) apuração de responsabilidades civis, contratuais e administrativas; (ii) encerramento financeiro, com verificação de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

adimplemento parcial ou integral; (iii) levantamento de bens, valores, documentos e informações sob guarda da Contratada; (iv) regularização das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fundiárias e fiscais relacionadas à execução contratual, quando aplicável; e (v) adoção das providências necessárias à continuidade do serviço, quando for o caso.

14.7 - A extinção contratual não exime as partes das responsabilidades por obrigações contratuais remanescentes, deveres de indenizar, devolução de valores, reparação de danos ou demais efeitos jurídicos decorrentes de ações ou omissões ocorridas durante a execução do ajuste, na forma da legislação aplicável.

14.8 - Quando a extinção contratual ocorrer por ato ou fato imputável à Contratada, a Contratante poderá executar a garantia contratual, reter créditos eventualmente devidos, promover glosas, cobrar perdas e danos e adotar as demais medidas legal e contratualmente cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas pertinentes.

14.9 - Na hipótese de extinção contratual, a Contratada permanecerá obrigada a: (i) retirar, no prazo fixado pela Contratante, materiais, equipamentos, utensílios e bens de sua propriedade que se encontrem nas dependências das unidades atendidas; (ii) entregar à Contratante, quando solicitado, documentos, relatórios, registros de execução e demais informações necessárias ao encerramento da relação contratual e à transição do serviço; (iii) adotar todas as providências necessárias para não comprometer a continuidade, segurança e regularidade dos serviços até a data efetiva da extinção.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de **2026**: 6.2.2.1.1.01.04.09.008 – Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem.

16 - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos.

17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

17.1 - O presente Contrato fundamenta-se:

17.1.1 - Nas normas do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;

17.1.2 - Nas normas da Lei n. 14.133, de 1ª de abril de 2021;

17.1.3 - Nos preceitos de direito público;

17.1.4 - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições do Direito Privado.

17.1.5 - Relativamente ao disposto na presente Cláusula, aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

18 - DAS ALTERAÇÕES

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disposições dos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.2 - A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de sua implementação (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4 - Registros que não caracterizem alteração do Contrato poderão ser realizados por meio de apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19 - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - Em atenção ao disposto no art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c o art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e ao art. 123, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, caberá ao Crea-GO:

19.1.1 - Disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos;

19.1.2 - Disponibilizar no Portal da Transparência do Crea-GO, o inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos, e informações complementares exigidas nos §§2º e 3º do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

20 - DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal, circunscrição do Estado de Goiás, para dirimir quaisquer questões, oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa.

20.2 - Por estarem acordes, assinam este instrumento os Representantes das partes, Contratante, Contratada e testemunhas arroladas.

Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás
Engenheiro Lamartine Moreira Junior
Presidente do Crea-GO – Contratante

Razão Social
Representante Legal
Contratada

